

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0012-2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0189464/2026
LICITANET (<https://licitanet.com.br/>)

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, ABRANGENDO PLANEJAMENTO OPERACIONAL, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FORNECIMENTO DE BENS, INFRAESTRUTURA E APOIO LOGÍSTICO, PARA ATENDIMENTO AO EVENTO DENOMINADO 25º CAMPEONATO INTERBAIRROS DE FUTEBOL AMADOR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Orçamento Sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **27/05/2025** às **09:00h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA

Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/ E EQUIPARADAS

Sim

DATA BASE DO ORÇAMENTO ESTIMADO

16 de março de 2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0012-2026
Processo Administrativo nº 0189464/2026

O MUNICÍPIO DE ITABUNA, CNPJ nº 14.147.490/0001-68, por meio do Departamento de Licitações e Compras, situada no Condomínio Jequitibá Trade Center, 2º andar, 1.067, Bairro Jardim Vitória, em Itabuna-BA, fone (73) 98123-0781, endereço eletrônico licitacaoprefeituradeitabuna@gmail.com, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade de PREGÃO, na FORMA ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da autorização constante neste Processo Administrativo, subordinada aos ditames da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 15.716/2024, Decreto Municipal nº 15.339/2023, Decreto Municipal nº 15.247/2023, Decreto Municipal nº 15.246/2023, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015, destinada à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, ABRANGENDO PLANEJAMENTO OPERACIONAL, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FORNECIMENTO DE BENS, INFRAESTRUTURA E APOIO LOGÍSTICO, PARA ATENDIMENTO AO EVENTO DENOMINADO 25º CAMPEONATO INTERBAIRROS DE FUTEBOL AMADOR**, o qual será conduzido e julgado pelo Pregoeiro desta Entidade, nomeado pelo Decreto nº 17.187 de 06 de março de 2026, observados os procedimentos, regras e condições estabelecidos neste EDITAL E SEUS ANEXOS, com a utilização do Sistema Licitanet.

Recebimento das propostas de preços até: 27/05/2026 as 08h59min;

Início da sessão de disputa: 27/05/2026, às 09h00min;

Critério de Julgamento: Menor Preço Global

Modo de disputa: Aberto e Fechado

Pregoeiro: Felipe Matos Cardoso

O interessado deverá observar, rigorosamente, **as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta**, atentando, também, para o início da disputa.

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, **o horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, ABRANGENDO PLANEJAMENTO OPERACIONAL, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FORNECIMENTO DE BENS, INFRAESTRUTURA E APOIO LOGÍSTICO, PARA ATENDIMENTO AO EVENTO DENOMINADO 25º CAMPEONATO INTERBAIRROS DE FUTEBOL AMADOR** cujas especificações, quantitativos e condições gerais encontram-se detalhados no termo de referência (ANEXO I).

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no licitante as especificações constantes deste edital, prevalecerão estas últimas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da execução da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados ao orçamento dos órgãos indicados no Termo de Referência (ANEXO I), do presente exercício, devidamente ajustadas nas dotações do exercício subsequente, impondo-se sempre que seja providenciada a prévia dotação orçamentária e, se cabível, o respectivo pré-empenho antes da celebração de qualquer contratação a ser efetiva em decorrência da presente licitação.

3 DO CREDENCIAMENTO

3.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, operador devidamente credenciado ao sistema LICITANET no site <https://licitanet.com.br/>, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site.

3.2 O cadastramento do licitante deverá ser requerido junto à LICITANET no site <https://licitanet.com.br/>, onde o licitante terá todas as informações para se cadastrar e receber seu login e senha de acesso, na agência de preferência da LICITANTE.

3.3 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, ESTADO DA BAHIA – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, sob a responsabilidade do seu usuário.

3.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao MUNICÍPIO DE ITABUNA a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, inclusive empresas organizadas em consórcio, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

4.2 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ao sistema LICITANET no site <https://licitanet.com.br/>, até o horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.3 Todas as ações referentes ao certame serão realizadas no sistema LICITANET, no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, não sendo aceito a utilização de qualquer outro sistema ou meio para cadastro de propostas e documentações.

4.4 Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo (se houver) e em caso de itens específicos mediante solicitação do Pregoeiro(a), com a inserção de catálogos do fabricante.

4.4.1 Será concedido **tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas** mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o **agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI**, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo IV, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento no sistema **LICITANET** no site <https://licitanet.com.br/>, informar no campo próprio da ficha técnica de cadastro da Licitante, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

4.4.3 Não haverá itens com a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.4.4 A obtenção do benefício a que se refere o item 4.4.1 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4.6 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.7 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4.8 O tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte a que se refere o item 4.4.1 não será aplicado no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item/lote cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em conformidade ao quanto previsto no Inciso I do § 1º do artigo 4º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.5 **Não poderão participar** desta licitação os interessados:

4.5.1 Aquele que **não atenda às condições deste Edital** e seu(s) anexo(s);

4.5.2 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, **impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção** que lhe foi imposta;

4.5.3 **Aquele que mantenha vínculo** de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.5.4 **Empresas controladoras, controladas ou coligadas**, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.5.5 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido **condenada judicialmente, com trânsito em julgado**, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5.6 **Agente público** do órgão ou entidade licitante;

4.5.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - **OSCIP**, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.5.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato **agente público do órgão ou entidade contratante**, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.6 O impedimento de que trata o item 4.5.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.7 A vedação de que trata o item 4.5.3 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.8 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional **adequado ao objeto desta licitação**, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.8.1 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.9 Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, **o licitante deverá manifestar**, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

4.10 A verificação dos impedimentos e condições de participação ocorrerá somente após a fase de lances, momento no qual o sistema Licitanet permite a identificação das empresas participantes do certame.

4.11 **COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**, o licitante deverá apresentar as seguintes declarações:

4.11.1 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.11.2 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.11.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.11.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.11.5 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

4.11.6 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

4.11.7 Quando concedido o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, a ME/EPP deverá apresentar declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.11.8 Que, no caso de licitante organizado em cooperativa, cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.12 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

5.2 Os **licitantes encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **a proposta** com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**.

5.2.1 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os **documentos exigidos para habilitação** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 02 (duas) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

5.3.1 A **prorrogação de que trata o item anterior**, poderá ocorrer nas seguintes situações:

5.3.1.1 Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

5.3.1.2 De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

5.4 O **fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, **que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.5 Quando concedido o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, as ME/EPP deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7 Os licitantes **poderão** retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, **o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo** quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13 **Caberá ao licitante** interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, com as seguintes informações:

6.1.1. **Valor** unitário e total do item ou percentual de desconto;

6.1.2. **Marca, Modelo e Fabricante**, quando for o caso;

6.1.3. **Descrição detalhada do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. **Não poderá ser incluído** no registro da proposta eletrônica qualquer **nome, texto, elemento ou caractere** que possa identificar o licitante, sob pena de DESCCLASSIFICAÇÃO da proposta e aplicação de SANÇÃO ADMINISTRATIVA.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta **vinculam** a Contratada.

6.3.1. O licitante **NÃO poderá** oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital, **quando necessário e solicitado**.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, **não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração**, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente
- 6.8. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 6.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 6.9.
- 6.9.2. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.
- 6.10. O **registro de proposta comercial eletrônica** vinculado ao presente certame **implica**, independente de expressa declaração, na(o):
- 6.10.1. **Aceitação** de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus apêndices;
- 6.10.2. **Garantia do cumprimento da proposta** por prazo mínimo de **60 (sessenta) DIAS**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;
- 6.10.3. Compromisso do licitante para com o **rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições** fixadas Termo de Referência (ANEXO I);
- 6.10.4. **Impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta**, a partir da data da sessão eletrônica inicial;
- 6.10.5. **Submissão às sanções administrativas** previstas neste Edital e seus anexos;
- 6.10.6. **Obrigação de participar ativamente do certame (ON LINE)** até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo pregoeiro.
- 6.11. **ATENÇÃO:** Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, não cabe em nenhuma hipótese desistência de proposta.
- 6.12. **ATENÇÃO:** Nenhuma proposta comercial ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao Pregoeiro por e-mail ou outro meio de comunicação antes do momento adequado de sua apresentação, sob pena de quebra do anonimato da competição.

7. DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA

7.1. A Sessão Pública eletrônica deste Pregão será conduzida e gerida por Pregoeiro, especialmente designado pela autoridade competente, **sendo a abertura prevista para a data e horário indicados** no preâmbulo deste Edital, por meio do Sistema Licitanet.

7.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante **troca de mensagens**, em campo próprio do sistema eletrônico (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pelo Pregoeiro.

7.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, anexar a proposta comercial escrita e a documentação de habilitação, registrar os lances, anexar os documentos complementares e prestar as informações solicitadas, durante toda a licitação, **responsabilizando-se pelos ônus decorrentes de preclusão de direitos, perda de negócios e/ou sanções por descumprimentos de obrigações**, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.3.1. A **não anexação ou envio da proposta comercial e documentos de habilitação** exigidos no Edital (e seus anexos), bem como a **não anexação de documentos complementares, prestação de informações e não pronunciamento** em relação à questão suscitada pelo Pregoeiro, além de poder acarretar a oportuna DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, **poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas** previstas neste Edital, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que seu ato acarretar, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.4. Na hipótese de ocorrer **desconexão** do Pregoeiro no decorrer da Sessão e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.

7.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) MINUTOS**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada** somente após decorridas **24 (vinte e quatro) HORAS** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.6. Cabe ao licitante acompanhar continuamente os **documentos, pareceres e atos** divulgados ou disponibilizados por meio do sítio oficial da Instituição na Internet e/ou no Diário Oficial do Município.

7.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia via CHAT, como também registrando no Sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Em face do horário, poderá o Pregoeiro estabelecer intervalo para almoço, sem a suspensão da Sessão, mediante comunicação prévia via CHAT.

8. DA ETAPA COMPETITIVA DE LANCES ELETRÔNICOS

- 8.1. Aberta a ETAPA COMPETITIVA, os licitantes aptos poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo automaticamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.2. Os lances serão apresentados, por cada licitante apto, de forma sucessiva, sempre com valores inferiores em relação aos últimos registrados por ele e aceito pelo Sistema.
- 8.3. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do seu último lance e do menor lance registrado no Sistema, vedada a identificação do ofertante (ANONIMATO).
- 8.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor GLOBAL.
- 8.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (Cem reais)**.
- 8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, **no intervalo de 15 (quinze) SEGUNDOS** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.7. **Será adotado** para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO E FECHADO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 8.7.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) MINUTOS**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de **até 10 (dez) MINUTOS**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.7.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em **até 05 (cinco) MINUTOS**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.7.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 8.7.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em **até 05 (cinco) MINUTOS**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.7.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) MINUTOS**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) HORAS** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.12. Caso o licitante não apresente lances, **concorrerá com o valor de sua proposta**.

9. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP, DO DESEMPATE E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

9.1. **Na fase de proposta**, quando concedido tratamento diferenciado às microempresas ou empresas de pequeno porte, caso a proposta mais bem classificada tenha sido ofertada por empresa de médio ou grande porte, e houver proposta apresentada por ME/EPP de **valor até 5% superior ao da melhor proposta**, o sistema, automaticamente, procederá da seguinte forma:

9.1.1. A ME/EPP mais bem classificada poderá, **no prazo de 05 (cinco) MINUTOS**, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas às exigências deste Edital e seus Anexos, será esta reclassificada como melhor proposta do certame.

9.1.2. Não sendo registrado um novo lance pela ME/EPP convocada pelo sistema, na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadram na condição prevista no *caput*, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, **também no prazo de 05 (cinco) MINUTOS**.

9.1.3. Havendo **empate de valor entre duas empresas beneficiárias** do direito de preferência fixada na Lei Complementar nº 123/2006, será **realizado sorteio entre elas** para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.1.4. O sistema encaminhará mensagem automática, por meio do CHAT, convocando a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada a fazer sua última oferta **no prazo de 05 (cinco) MINUTOS**, sob pena de decair do direito concedido.

9.1.5. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.1.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes exercer o direito de preferência descritos anteriormente, será mantida a ordem classificatória original do certame.

9.2. Havendo **eventual empate** entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nesta ordem:

9.2.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.2.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.2.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.2.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.3. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.3.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.3.2. Empresas brasileiras;

9.3.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.3.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.4. **Na fase de HABILITAÇÃO**, quando concedido tratamento diferenciado às microempresas ou empresas de pequeno porte, a ME e EPP que esteja com problemas de regularidade fiscal e trabalhista, à luz do disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme as seguintes regras:

9.4.1. Em se tratando de microempresas ou empresas de pequeno porte com alguma restrição na comprovação da habilitação fiscal e trabalhista, **deverá(ão) ser apresentada(s) e juntada(s) aos autos a(s) respectiva(s) certidão(ões) com validade vencida ou com restrição**, sendo aceita a situação parcial de irregularidade ali comprovada e julgado "habilitada" a empresa no certame;

9.4.2. Será assegurado o **prazo de 05 (cinco) DIAS ÚTEIS, cujo termo inicial corresponderá ao momento que o proponente for declarado vencedor do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões;

9.4.3. A não regularização da documentação fiscal no prazo indicado no subitem anterior implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus apêndices;

9.4.4. No caso de decadência do direito por não regularização da situação, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar o contrato, ou até cancelar a licitação.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. **Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública**, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro **irá negociar** condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.1.1. A negociação **poderá ser feita com os demais licitantes**, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.1.2. A **negociação** será realizada por **meio do sistema**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.1.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.1.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.1.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.2. Após a negociação do preço, o Pregoeiro **iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta**.

11. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. **Consulta Situação do Fornecedor e Relatório de Ocorrências** (impedimentos, suspensões, multas, etc) registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no link <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/index.jsf>;

11.1.2. **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU**, no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

11.1.3. **Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**, mantido pela Receita Federal do Brasil, no link https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp;

11.1.4. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**, mantido pela Controladoria Geral da União, no link <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

11.1.5. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>.

11.1.6. Verificação de que o particular tenha cumprido os requisitos formais indicados neste Edital.

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da **empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.1. Caso conste na **Consulta de Situação do Prestador** a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 11.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 11.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.4. No caso de inabilitação, quando concedido tratamento diferenciado às microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.5. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 11.6. **Aanálise da exequibilidade** da proposta de preços **poderá** ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final.
- 11.7. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 11.8. **Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor**, que:
- 11.8.1. **Não estiver em conformidade** com os requisitos estabelecidos neste edital
- 11.8.2. Contenha **vício insanável ou ilegalidade**;
- 11.8.3. **Não apresente as especificações técnicas** exigidas pelo Termo de Referência;
- 11.8.4. Apresentar **preço final superior ao preço máximo fixado** (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar **preço manifestamente inexecuível**;
- 11.8.5. Não tiverem sua **exequibilidade demonstrada**, quando exigido pela Administração.
- 11.9. No caso de **bens e serviços em geral**, é **indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado** pela Administração.
- 11.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 11.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 11.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 11.10. Em **contratação de serviços de engenharia**, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 11.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

11.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

11.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

11.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

11.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.12. Na hipótese de necessidade de **suspensão da sessão pública para a realização de diligências**, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) HORAS de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

11.13. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo de 02 (duas) HORAS**, sob pena de não aceitação da proposta.

11.13.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

11.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

11.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

11.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.16. Caso a compatibilidade com as especificações técnicas mínimas fixadas no Termo de Referência, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios ordinários previstos neste Edital, o Pregoeiro **poderá solicitar** a apresentação catálogos, *folders* ou prospectos do material ou produto cotado, que contenham, de forma clara e detalhada, as especificações técnicas básicas que demonstrem sua adequação ao que foi solicitado no Termo de Referência.

11.17. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

11.18. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.19. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.20. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.21. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.22. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.23. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.26. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o **pregoeiro verificará a habilitação** do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Caso atendidas as condições de participação, os documentos previstos nesse Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, **exceto** se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

12.3. O **licitante será convocado a encaminhar os documentos de habilitação**, em formato digital, via sistema, **no prazo de até 02 (duas) HORAS**, prorrogáveis por igual período.

12.3.1. A **prorrogação de que trata o item anterior**, poderá ocorrer nas seguintes situações:

12.3.1.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

12.3.1.2. De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. **Se o licitante for a matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.6.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.7. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.7.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais

12.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

12.9. Somente **haverá a necessidade de comprovação** do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.11. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

12.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 13.4.

12.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

12.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12.18. Habilitação jurídica:

12.18.1. **Documento oficial de identificação** com foto e CPF de todos os sócios, administradores ou representantes legais constantes do contrato social, em plena validade;

12.18.2. No caso de **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.18.3. No caso de **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.18.4. No caso de **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.18.5. No caso de **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.18.6. No caso de **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.18.7. No caso de **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.18.8. Os documentos acima **deverão** estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.19. **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

12.19.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

12.19.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.19.3. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** (FGTS);

12.19.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.19.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.19.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.19.7. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.19.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.19.9. Quando concedido tratamento diferenciado às microempresas ou empresas de pequeno porte, o fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 16 de dezembro 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.20. Qualificação Econômico-Financeira:

12.20.1. **certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

12.20.2. **certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 69, caput, inciso II);

12.20.2.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

12.20.3. **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis**, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

12.20.4. Índices de **Liquidez Geral (LG)**, **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)**, superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais** e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

12.20.5. **Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um)** em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

12.20.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 65, §1º).

12.20.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 69, §6º).

12.21. **Qualificação Técnica:** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos e informações:

12.22. **Comprovação de aptidão para execução do objeto** de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12.23. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa.

12.24. A empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.25. Documentações Complementares

12.25.1. Declarações:

12.25.1.1. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

12.25.1.2. Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

12.25.1.3. Modelo de Declaração de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

12.25.1.4. Modelo de Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

12.25.1.5. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

12.25.1.6. Declaração de que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

12.25.1.7. Para licitante organizado em cooperativa, Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

12.25.1.8. Declaração de que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

12.25.2. Em relação às **licitantes cooperativas** será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

12.25.2.1.A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro 1971;

12.25.2.2.A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

12.25.2.3.A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

12.25.2.4.O registro previsto na Lei n. 5.764, de 16 de dezembro 1971, art. 107;

12.25.2.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

12.25.2.6.Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

12.25.2.7.A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12.26. Não havendo indicação no corpo da própria certidão ou do documento oficial apresentado para comprovação das exigências de habilitação previstas neste Edital, serão considerados válidos aqueles emitidos há, no máximo, 180 dias da data da sessão inicial do presente certame.

12.27. Quando concedido tratamento diferenciado às microempresas ou empresas de pequeno porte, o **licitante enquadrado como microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 16 de dezembro de 2006, **estará dispensado** (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.28. Quando concedido tratamento diferenciado às microempresas ou empresas de pequeno porte, serão observados os seguintes procedimentos:

12.28.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como **microempresa ou empresa de pequeno porte** seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.28.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, **no prazo de 5 (cinco) DIAS úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser

prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.28.3. A **não-regularização** fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.29. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, **informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.**

12.30. **Será inabilitado** o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.31. Quando concedido tratamento diferenciado às microempresas ou empresas de pequeno porte, nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.32. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de **habilitação cumulativamente**, isto é, **somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo**, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.32.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a **inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es)**, cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.33. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, **o licitante será declarado vencedor.**

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA E DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

13.1. Nos termos fixados deste Edital, a PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA (e os documentos técnicos pertinentes ao objeto), deverão ser, previa e exclusivamente, anexadas ou enviadas pelo Sistema, até a data e horário de abertura da sessão pública do certame.

13.2. Em relação à DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão ser, exclusivamente, anexadas ou enviadas pelo Sistema, até a data e horário exigido pelo Pregoeiro, apenas pelo licitante vencedor.

13.3. Poderá o Pregoeiro, a seu critério e considerando a natureza do objeto e as regras editalícias, solicitar durante a fase de aceitação e julgamento:

13.3.1. Via CHAT, **que a empresa encaminhe a proposta comercial ajustada ao lance final**, como também eventual documentação complementar necessária ao julgamento, por meio do Sistema, no

prazo de 02 (duas) HORAS, contados da convocação do Pregoeiro, prorrogável a pedido do licitante e/ou a critério do pregoeiro, desde que a situação assim exija;

13.3.2. **Na impossibilidade do encaminhamento** da proposta ou documentação via Sistema (**ATENÇÃO:** Lembrar que qualquer encaminhamento de proposta ou documentação antes do fim da etapa de disputa prejudicará o anonimato), faculta-se ao(s) licitante(s) o seu envio por e-mail, observados os prazos fixados. Neste caso, a referida documentação será disponibilizada no site oficial do município e/ou no Diário Oficial do Município.

13.4. Se o licitante não estiver logado e/ou não responder, via CHAT, à convocação do Pregoeiro, terá o **prazo de 02 (duas) HORAS** para envio da documentação solicitada, sob pena de decair do direito de participar da licitação e ter sua proposta DESCLASSIFICADA ou ser INABILITADO.

13.5. Para fins de viabilização operacional, o Pregoeiro poderá **convocar e reconvocar** “Anexo” quantas vezes se fizerem necessárias, tendo em vista a finalidade do ato e a ampliação da competitividade.

13.6. Sob pena de INABILITAÇÃO ou DESCLASSIFICAÇÃO, toda a proposta e documentação exigida neste Edital (e seus anexos) **deverá ser emitida em nome do licitante**, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

13.6.1. No caso em que o licitante seja matriz, a documentação deverá ser emitida com CNPJ da matriz;

13.6.2. No caso em que o licitante seja filial, a documentação deverá ser emitida com CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito (CND) perante o INSS, desde que conste no próprio documento a validade para a matriz e a filial; como também, quanto ao Certificado de Regularidade de Situação (FGTS), para o licitante que proceda ao recolhimento dos encargos de forma centralizada;

13.6.3. Será dispensada a apresentação, no nome e no CNPJ da filial, daquele documento que pela própria natureza apenas seja emitido em nome da matriz;

13.6.4. O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento do licitante que efetivamente executará o objeto da presente licitação.

13.6.5. Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

13.7. Na hipótese de o licitante não atender ao chamado para anexar ou enviar a PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA, poderá o **julgamento ser realizado com base na proposta comercial eletrônica** inicialmente cadastrada no sistema, caso conste descrição completa do objeto licitado com todas as informações necessárias e suficientes, de maneira que seja possível a análise da qualidade do objeto proposto, a critério do Pregoeiro.

13.8. O **licitante que abandonar o certame, deixando de enviar documentação complementar à proposta e habilitação**, poderá ser DESCLASSIFICADO ou INABILITADO e sujeitar-se-á às SANÇÕES

ADMINISTRATIVAS previstas neste edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

13.9. As empresas participantes do certame **somente deverão** encaminhar propostas, declarações ou quaisquer outros documentos se expressamente previstos no Edital (e seus anexos) e/ou solicitado pelo Pregoeiro, mediante notificação efetuada pelo canal de comunicação (CHAT), sob pena de serem estes descartados.

13.10. A documentação original ou cópia autenticada, caso seja solicitada expressamente pelo Pregoeiro, deverá ser encaminhada, **no prazo de 05 (cinco) DIAS ÚTEIS**, contado da solicitação, ao endereço constante no preâmbulo deste Edital e em atenção à Supervisão de Licitações da Secretaria de Gestão e Inovação.

13.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

13.12. Havendo aceitação da proposta comercial eletrônica classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá solicitar do(s) licitante(s) vencedor(es) o encaminhamento da proposta comercial escrita, devidamente ajustada ao último lance ou ao valor negociado.

13.13. A PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA deverá conter, **preferencialmente**, as seguintes informações e documentos:

13.13.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

13.13.2. Conter folha de rosto em papel timbrado da empresa, contendo a firma ou denominação do particular, inclusive com o número do CNPJ, endereço, telefone e e-mail, bem como referência ao número do presente certame, o nome do Órgão a quem se destina, valor global em algarismos e por extenso, prazo de validade, e outras informações pertinentes;

13.13.3. **Apresentar** a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, quando for solicitado;

13.13.4. Conter a **indicação** do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.13.5. Indicação da **quantidade e dos preços unitário e total**, conforme especificações contidas do termo de referência (ANEXO I);

13.13.6. **Catálogos, folders** ou **prospectos**, quando for o caso, que contenham, de forma clara e detalhada, as especificações técnicas básicas que demonstrem sua adequação ao que foi solicitado no Termo de Referência (ANEXO I).

13.14. O Pregoeiro **pedirá** o(s) particular(es), via CHAT, para encaminhar a respectiva proposta ajustada, por meio da opção “Enviar Anexo”, **no prazo de 02 (duas) HORAS** (podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e a critério do Pregoeiro), observados os procedimentos e regras fixados neste Edital, podendo esse prazo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério do Pregoeiro.

14. DOS RECURSOS

14.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, **de 10 (DEZ) MINUTOS**, de forma **imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, **no prazo de 03 (três) DIAS úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.3. **Na hipótese de adoção da inversão de fases** prevista no § 1º do artigo 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.5. O prazo para **apresentação de contrarrazões** ao recurso pelos demais licitantes **será de 03 (três) DIAS úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.7. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o pregoeiro deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de **juízo de retratação**:

14.7.1. **Reconsiderar**, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a, **no prazo de 3 (três) DIAS úteis**; ou,

14.7.2. **Manter inalterada** a decisão recorrida.

14.8. Na **situação contida no item 14.7.2**, o processo deverá ser submetido, no prazo de 3 (três) dias úteis, e depois de devidamente instruído pelo Pregoeiro, à análise hierárquica superior para fins de decisão final, podendo a autoridade competente:

14.8.1. Decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do Pregoeiro.

14.8.2. Determinar prévia emissão de pareceres da área técnica interessada e/ou parecer jurídico para fins de decisão.

14.9. A autoridade superior **deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) DIAS úteis**, contado do recebimento dos autos.

- 14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 14.11. O recurso administrativo poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo Pregoeiro durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do edital e seus anexos.
- 14.12. Na análise e julgamento do recurso, poderá o pregoeiro baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica responsável pela especificação do objeto, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.
- 14.13. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, sendo reaberta a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. Sessão Pública poderá ser REABERTA, **em prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) HORAS**, em relação ao(s) ITEM(NS) do objeto que apresente os seguintes eventos, observada sempre a ordem classificatória da fase de lances:

15.1.1. Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à **anulação** de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

15.1.2. Constatado **erro/impropriedade** na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, sendo retroagido o certame aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;

15.1.3. Licitante declarado vencedor que **não assinar** a o instrumento contratual, não havendo CADASTRO RESERVA, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;

15.1.4. Licitante ME/EPP com **restrição da habilitação fiscal e trabalhista** que seja vencedora do certame e não comprovar tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do artigo 43, §1º da LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

15.1.5. Licitante vencedor que **não mantenha as condições de participação e de habilitação** até o momento da assinatura do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados no Sistema a data e hora de tal reabertura, observadas os seguintes meios:

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Licitanet, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15.2.3. A convocação para reabertura também será divulgada com antecedência por meio do sítio oficial da Instituição e/ou Diário Oficial do Município, cabendo ao licitante acompanhar as informações e publicações contidas naquele canal de acesso.

15.2.4. À Sessão Pública reaberta aplica-se todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que se retomarão os trabalhos.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. **Encerradas as fases de julgamento e habilitação**, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório, devidamente instruído, **será encaminhado à autoridade superior**, que por meio de DESPACHO fundamentado, poderá:

16.1.1. Determinar o **retorno dos autos** para saneamento de irregularidades;

16.1.2. **Anular**, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados;

16.1.3. **Revogar**, total ou parcialmente, o certame por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado; ou

16.1.4. **Adjudicar** e **homologar** o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1. Não será exigido garantia de execução para a presente contratação.

18. DO TERMO DE CONTRATO

18.1. O Fornecedor terá o **prazo de 05 (cinco) DIAS úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.2.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida, conforme as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

18.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.2.3. A contratada reconhece as hipóteses de rescisão previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 139 da mesma Lei.

18.3. A vigência da(s) contratação(ões) decorrente(s) desta licitação observará **os prazos e condições fixados no Termo de Referência (ANEXO I)**.

18.4. Na assinatura do contrato, **será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital**, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

18.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

18.6. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

18.6.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

18.6.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.8. A regra no item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 18.6.1.

19. DO REAJUSTE

19.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência ou minuta de Contrato, acompanhadas em anexo a este Edital.

20. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

22. DO PAGAMENTO

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

23. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 23.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 23.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 23.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 23.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 23.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 23.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 23.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 23.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 23.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 23.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 23.1.5. Fraudar a licitação;
- 23.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 23.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 23.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 23.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 23.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 23.1.8. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto 2013.
- 23.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 23.2.1. Advertência;
- 23.2.2. Multa;
- 23.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 23.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 23.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 23.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 23.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 23.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 23.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) DIAS** úteis, a contar da comunicação oficial.

23.4.1. Para as infrações previstas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

23.4.2. Para as infrações previstas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6, 23.1.7 e 23.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

23.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

23.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no **prazo de 15 (quinze) DIAS úteis**, contado da data de sua intimação.

23.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.1.4, 23.1.5, 23.1.6, 23.1.7 e 23.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.1.1, 23.1.1, 23.1.2 e 23.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no artigo 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

23.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 23.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

23.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) DIAS úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) DIAS úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão **no prazo máximo de 20 (vinte) DIAS úteis**, contado do recebimento dos autos.

23.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar **no prazo de 15 (quinze) DIAS úteis**, contado da data da intimação, e decidido **no prazo máximo de 20 (vinte) DIAS úteis**, contado do seu recebimento.

23.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até o **TERCEIRO DIA ÚTIL ANTERIOR** à data da sessão pública inicial do certame, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, por meio de registro no SISTEMA e/ou envio de e-mail para licitacaoprefeituradeitabuna@gmail.com.

24.3. O Pregoeiro, com apoio da unidade técnica responsável pelo Termo de Referência e da equipe de apoio, ANALISARÁ a impugnação no prazo de **ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ou proporá, de forma motivada, o ADIAMENTO DA SESSÃO ou a SUSPENSÃO DO CERTAME para obter melhores condições de análise dos argumentos de impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação contra este Edital e seus anexos, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.5. O **pedido de esclarecimentos** referente a este procedimento licitatório deverá ser enviado ao Pregoeiro, até o **TERCEIRO DIA ÚTIL ANTERIOR** à data da sessão pública inicial do certame, por meio de registro no SISTEMA e/ou envio de e-mail para licitacaoprefeituradeitabuna@gmail.com.

24.6. O Pregoeiro, com apoio da área técnica responsável pelo Termo de Referência e da equipe de apoio, prestará os esclarecimentos formalmente solicitados, no prazo de **ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, por e-mail, registro no Sistema, em sítio eletrônico oficial e/ou disponibilizando no Diário Oficial do Município.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados poderão ser disponibilizadas diretamente no Sistema, em sítio eletrônico oficial e/ou no Diário Oficial do Município para conhecimento da sociedade em geral e dos licitantes em potencial, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

24.9. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital (e seus anexos), apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão ou licitante que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a realização normal da sessão.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 25.2. Não havendo expediente ou **ocorrendo qualquer fato superveniente** que impeça a realização do certame na data marcada, a **sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília – DF**.
- 25.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.6. Os licitantes assumem **todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas** e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 25.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, <http://www.itabuna.ba.gov.br/diariooficial.html>, também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço de e-mail licitacaoprefeituradeitabuna@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Condomínio Jequitibá Trade Center, 1º andar, s/n, Bairro Jardim Vitória, em Itabuna-BA, fone (73) 98123-0781, nos dias úteis, no horário das **08 horas às 12 horas**, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 25.11. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, problemas com conexão e/ou dúvidas poderá ser esclarecida através do suporte técnico da plataforma Licitanet(34) 2512-6500.
- 25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I - Termo de Referência;
- ANEXO I.A – Tabela de Jogos;
- ANEXO I.B – Referência dos Itens Personalizados;
- ANEXO II – Modelo de Proposta de preço;
- ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49;

ANEXO V – Modelo para licitante organizado em cooperativa de declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato.

Itabuna - BA, 11 de maio de 2026.

José Alcântara Pellegrini
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO**

1.1. O presente termo de referência tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes à realização de procedimento visando formalizar a contratação de empresa para prestação de serviços de organização de eventos, abrangendo planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento e fornecimento de bens, infraestrutura e apoio logístico, para atendimento ao evento denominado 25º Campeonato Interbairros de Futebol Amador, cujas especificações técnicas, quantidades e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, nos termos exigidos no art. 7º do Decreto Municipal nº 15.247/2023.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Campeonato Interbairros de Futebol Amador de Itabuna é um evento esportivo que faz parte do calendário municipal, estando em 2026 em sua 25ª edição, sendo considerado o maior e mais importante evento esportivo do município, com expectativa, para este, de participação de 64 seleções de bairros, 1.950 atletas, aproximadamente 300 pessoas das forças de segurança, um público semanal aproximado de 4.000 pessoas distribuídas pelos campos de várzea, além da equipe técnica formada por mais 50 pessoas, realizado com o objetivo de fomentar o esporte, promover integração social além do lazer.

2.2 Nesse sentido, considerando que para a realização do Campeonato Interbairros de Futebol Amador, se faz necessário, itens essenciais e específicos a este tipo de evento esportivo, como toldos, banheiros, lanche, água, sonorização, camisas, boné, arbitragem, entre outros, que permitam a execução dos jogos e consequentemente, a execução do Campeonato, garantido a acomodação, proteção, saúde e segurança de todos os envolvidos e, considerando que a administração pública não dispõe dos mesmos, faz-se necessário a contratação de empresa para prestação de serviços de organização de eventos, abrangendo planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento e fornecimento de bens, infraestrutura e apoio logístico, conforme cronograma, especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

2.3 Justifica-se ainda a contratação de uma empresa especializada para realização do evento, pela necessidade de garantir a excelência técnica e a segurança operacional do 25º Campeonato Interbairros de Futebol Amador, evento de grande relevância para a promoção do esporte e a integração social na comunidade. Dada a complexidade logística que envolve o planejamento de tabelas, o fornecimento de infraestrutura adequada, a coordenação de pessoal de apoio, coordenação de arbitragem, entre outros, a Administração Pública busca uma solução integrada que mitigue riscos de execução e assegure o cumprimento dos padrões de qualidade exigidos em competições esportivas.

2.4 Diferentemente da edição anterior, que em virtude do curto prazo de execução foi realizada exclusivamente sob o sistema de eliminatória simples ('mata-mata'), a presente edição do Campeonato de Futebol Amador apresenta uma expansão significativa em seu cronograma e formato

de disputa. Nesta edição, o Campeonato terá 06 (seis) fases distintas, sendo realizada aos domingos e terá o formato misto. Na 1ª fase de grupos as seleções jogarão dentro do próprio grupo, que compreende o maior número de partidas de caráter classificatório, passando para a fase seguinte as duas melhores seleções de cada grupo. Na 2ª fase acontecerão os confrontos no sistema de eliminatória simples ('mata-mata'), com jogos de ida e volta. A partir da 3ª fase os confrontos serão de jogo único, classificando-se as seleções vencedoras desta fase. A 4ª, 5ª e 6ª fases também serão disputas no sistema de mata-mata com jogo único onde será conhecido o Campeão do Campeonato.

2.5 O certame será executado de forma estendida, com duração prevista de 05 (cinco) meses, visando o fomento contínuo do esporte local e a maior integração das 64 (sessenta e quatro) seleções de bairro, totalizando um volume de jogos superior ao ano anterior.

2.6 Nesta edição, considerando a robustez do Campeonato pela mudança metodológica do evento e sua execução complexa, com sistema eliminatório semelhante a de um campeonato oficial, e ainda a impossibilidade de utilização do Estádio Fernando Gomes que está em reforma de estrutura, se fez necessário o ajuste de quantitativo e inclusões de itens e serviços novos relação à edição anterior a saber: bolas de futebol; água mineral; lanche; locação de banheiros; locação de toldos; locação de estrutura metálica de treliça; locação de arquibancada; equipe de suporte operacional e equipe de arbitragem.

2.7 Neste novo cenário, o ajuste de quantitativo e inclusões de itens novos e serviços são imprescindíveis para garantir a segurança do público e a integridade física dos atletas em um calendário esportivo mais denso e com grande participação popular, condizente com a nova magnitude da competição.

2.8 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme ID PCA no PNCP: 14147490000168-0-000014/2026.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1 O objeto do presente termo de referência possui as seguintes características técnicas e condições, as quais deverão ser rigorosamente observadas por ocasião da formulação do preço a ser proposto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
01	CAMISETA COLORIDA EM MALHA FRIA: fornecimento de camisas de manga curta com gola, contendo aplicação de arte em silkscreen frente e costas, com a identidade visual do campeonato fornecida pela Secretaria de Esportes. Tamanhos variáveis: P-20 unid; M- 20 unid; G – 30 unid; GG – 20 unid; EXGG. 10 unid.	Unid.	100
02	BONÉ: fornecimento de bonés em algodão na cor azul claro e royal, com logomarca do campeonato e da prefeitura, com regulador fecho/fivela plástico, tamanho único.	Unid.	100

03	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL: fornecimento de bolas (padrão FIFA), tamanho nº 5; circunferência entre 68,5 cm e 69,5 cm (ou tolerância máxima de 68 cm a 70 cm); peso entre 410g e 450g; construção preferencialmente com tecnologia de termossoldagem (sem costuras) ou dupla colagem, para evitar a absorção de água em dias de chuva e garantir maior esfericidade, material (laminado) poliuretano (PU) ou microfibra de alta resistência; câmara de borracha butílica ou tecnologia airbility, com excelente retenção de ar.	Unid.	40
04	ÁGUA MINERAL SEM GÁS: fornecimento de caixas de água contendo 48 unidades de copo transparente com capacidade de 200 ml, cada.	Cx.	450
05	LANCHE, EM KIT: fornecimento de lanche em embalagem fechada, composto de: - 02 sanduiche de pão de batata redondo 50g, com dois tipos de recheio distinto: recheio de frango ou carne de hambúrguer e 02 fatias de queijo muçarela, e 02 fatias de presunto, acompanhada de no mínimo 5g de manteiga de 1ª qualidade; Sachê de Ketchup, embalagem de no mínimo 7g;- 01 doce com 100g, tipo brigadeiro ou tortinha; - 02 barra de cereal em barra no mínimo 20g cada sabores: chocolate, morango e banana;- 01 refrigerante em lata de 350 ml sabor: cola, limão, laranja ou guaraná; -01 água mineral de 500ml. Embalagem plástica, guardanapos e transporte.	Unid.	1.800
06	TROFÉU PERSONALIZADO PARA PREMIAÇÃO DO CAMPEÃO: fornecimento de troféu medindo 1,00m (um metro) de altura, confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, com espessura uniforme e acabamento livre de porosidades ou rebarbas. Pintura eletrostática na cor prata, sendo a base produzida em madeira maciça, com tratamento de seladora e verniz, garantindo estabilidade e peso adequado ao porte. A placa de identificação deverá ser confeccionada em chapa de aço inox escovado (espessura mínima de 0,5mm), cortada a laser, como dimensões proporcionais à face frontal da base do troféu, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "campeão", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes. A fixação da placa de identificação deve ser realizada obrigatoriamente por meio de fita adesiva de alto desempenho, aplicada em toda a extensão do verso da placa, que deverá ser feita em impressão digital de alta resolução, garantindo que as cores do layout sejam fiéis ao arquivo original.	Unid.	01

07	TROFÉU PERSONALIZADO PARA PREMIAÇÃO DO VICE-CAMPEÃO: fornecimento de troféu medindo 0,70m (setenta centímetros) de altura, confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, com espessura uniforme e acabamento livre de porosidades ou rebarbas. Pintura eletrostática na cor prateado, Pintura eletrostática na cor prateado, sendo a base produzida em alumínio fundido, com o mesmo acabamento do corpo do troféu. A placa de identificação deverá ser confeccionada em chapa de aço inox escovado (espessura mínima de 0,5mm), cortada a laser, com dimensões proporcionais à face frontal da base do troféu, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "vice-campeão", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes. A fixação da placa de identificação deve ser realizada obrigatoriamente por meio de fita adesiva de alto desempenho, aplicada em toda a extensão do verso da placa, que deverá ser feita em impressão digital de alta resolução, garantindo que as cores do layout sejam fiéis ao arquivo original.	Unid.	01
08	TROFÉU PERSONALIZADO PARA PREMIAÇÃO 3º COLOCADO: fornecimento de troféu medindo 0,50m (cinquenta centímetros) de altura, confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, com espessura uniforme e acabamento livre de porosidades ou rebarbas. Pintura eletrostática na cor prateada, Pintura eletrostática na cor prateado, sendo a base produzida em alumínio fundido, com o mesmo acabamento do corpo do troféu. A placa de identificação deverá ser confeccionada em chapa de aço inox escovado (espessura mínima de 0,5mm), cortada a laser, com dimensões proporcionais à face frontal da base do troféu, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "3º colocado", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes. A fixação da placa de identificação deve ser realizada obrigatoriamente por meio de fita adesiva de alto desempenho, aplicada em toda a extensão do verso da placa, que deverá ser feita em impressão digital de alta resolução, garantindo que as cores do layout sejam fiéis ao arquivo original.	Unid.	01

09	TROFÉU MELHOR GOLEIRO PERSONALIZADO: fornecimento de troféu confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, representando elemento temático alusivo à posição (estatueta de atleta segurando a bola), medindo 39 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior da base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "melhor goleiro", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes.	Unid.	01
10	TROFÉU MELHOR JOGADOR PERSONALIZADO: fornecimento de troféu confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, representando elemento temático alusivo à posição (estatueta de atleta com a bola nos pés), medindo 39 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior da base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "melhor jogador", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes.	Unid.	01
11	TROFÉU ARTILHEIRO PERSONALIZADO: fornecimento de troféu confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, representado pelo conjunto temático de uma chuteira de futebol em contato com uma bola (estatueta de uma chuteira), medindo 23 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior da base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma statueta fixa de goleiro de futebol metalizada na cor dourada. Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "artilheiro", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes.	Unid.	01

12	TROFÉU SEXTETO ARBITRAGEM PERSONALIZADO: fornecimento de 06 (seis) troféus individuais para a premiação do sexteto de arbitragem, divididos por categoria: 01 (um) Árbitro Central; 02 (dois) Árbitros Assistentes; 03 (três) Árbitros Reservas. Composição e Dimensões: troféu medindo 44 cm, base quadrada com 11 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre a base um cone com detalhes em polímero metalizado na cor prata com uma tampa metalizada na cor dourada. Sobre a tampa uma bola lapidada em polímero metalizada na cor prata intercalada por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução, seguindo o layout da Secretaria de Esportes, contendo o nome do evento, o ano e a função específica de cada um dos 06 troféus (central, assistente ou reserva).	Unid.	06
13	TROFÉU MELHOR TORCIDA PERSONALIZADO: fornecimento de 01 (um) troféu personalizado confeccionado em polímero de alta qualidade, garantindo durabilidade e resistência. Acabamento metalizado a alto vácuo, medindo 85 cm de altura, com base oitavada, com 11 cm de altura. Design em formato de taça com cone na cor azul metálico vibrante e adornado por duas alças laterais douradas com detalhes em volutas (estilo clássico/ornamental). Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução, seguindo o layout da Secretaria de Esportes, contendo o nome do evento, o ano e o nome "melhor torcida".	Unid.	01

14	MEDALHA DE PREMIAÇÃO PERSONALIZADA: fornecimento de 120 (cento e vinte) medalhas personalizadas em metal zamac, com personalização direta na peça, divididas em: 40 unidades: cor ouro (campeão); 40 unidades: cor prata (vice-campeão); 40 unidades: cor bronze (3º colocado). Material: fundida em metal zamac de alta resistência. Dimensões: Altura de 67 mm, largura de 61 mm e espessura de 3 mm. Peso: Mínimo de 29 g por unidade. A personalização e gravação no corpo da medalha deverá conter a logo do campeonato, a logo da secretaria de esportes e a identificação da categoria (campeão, vice ou 3º) deverão ser gravadas em relevo (alto ou baixo relevo) diretamente no metal durante o processo de fundição. O acabamento deverá ser banho galvânico (ouro, prata e bronze), garantindo contraste e legibilidade dos elementos gravados. A fita de suspensão deverá ser de cetim na cor azul, com 85 cm de comprimento por 2 cm de largura com fixação por meio de costura reforçada, sendo 40 unid com especificação do campeão, 40 unid com especificação do vice-campeão e 40 unid com especificação de 3º colocado..	Unid.	120
15	PLACAS DE HOMENAGEM PERSONALIZADAS: fornecimento de placas em MDF e metalizado, com recorte tecnológico a laser. Dimensões e características físicas (aproximadas): altura: 24cm; largura: 14cm; espessura (base): 7cm; peso unitário: mínimo de 211g. Estrutura principal (coluna): confeccionada em MDF de 9mm de espessura, com textura amadeirada de alta qualidade. Composição e acabamento da base produzida em MDF com textura amadeirada, com corte e acabamento de bordas realizados via processo de recorte a laser, garantindo precisão e ausência de farpas. Coluna central: recorte a laser no MDF de 9mm contendo a logomarca do campeonato vazada ou gravada em baixo-relevo conforme layout, fornecido pela Secretaria de Esportes. Identificação (placa metálica): aplicação de etiqueta em material metalizado (ABS ou alumínio) na cor dourada, com recorte a laser e gravação de alta precisão. Personalização: a placa deverá conter o logotipo da Secretaria de Esportes, o nome do homenageado e os dados do evento. Gravação: processo de gravação digital ou laser diretamente no material metalizado, garantindo legibilidade e durabilidade das informações.	Unid.	30

16	BANHEIROS QUÍMICOS: fabricado em fiberglass ou polietileno, contendo 01 vaso químico com coletor + painel com sistema de ventilação natural + piso fabricado em madeira emborrachada e/ou revestido em fibra de vidro do tipo antiderrapante; piso de fiberglass reforçado, medidas mínimas de: 1,10 x 1,10 x 2,40 m, com tubo de respiro, coberturas translúcidas, contendo adesivo identificador de masculino e/ou feminino, fechadura da porta do tipo rolete com identificação de livre/ocupado, ventilação interna através de telas, cobertura inclinada com canaletas para impedir a entrada de chuva, caixa de dejetos com capacidade mínima de 200 litros, suporte para papel higiênico, com serviços Inclucos de entrega/instalação, manutenção operacional (sucção de dejetos, lavagem completa, higienização meio de utilização de solução química desinfetante e desodorizante biodegradável e reposição de insumos).	Unid. DIÁRIAS 12hs	250
17	LOCAÇÃO DE TOLDO: em estrutura tubular, nas dimensões 06x6m, revestido em lona tipo night Day, anti-chama, anti-mofo, anti-uv, vulcanizado através de soldas eletrônicas, modelo piramidal, tipo chapéu de bruxa, branco, fixado através de colunas reforçadas em tubo 2.1/2.	Unid. DIÁRIAS 12hs	250
18	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EM TRELIÇA de alumínio (boxtruss) para suporte de painel tipo backdrop, com dimensões de 3,00m (largura) x 3,00m (altura), incluindo montagem e desmontagem.	Unid. DIÁRIAS 12hs	06
19	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA DE ARQUIBANCADA modular metálica, com 30 metros de extensão linear e 06 (seis) degraus de altura, destinada à acomodação do público; confeccionada em aço galvanizado ou com pintura antioxidante, utilizando sistema de encaixe e travamento de alta resistência (tipo layher ou similar); tablados em madeira de alta densidade (com tratamento antiderrapante) ou chapas metálicas recalçadas, sem frestas que comprometam a segurança; com Instalação obrigatória de guarda-corpos rígidos nas laterais e no fundo da estrutura, com altura mínima de 1,10m, conforme as normas da ABNT NBR 14718.	Unid. DIÁRIAS 12hs	03
20	KIT DE APOIO PARA ARBITRAGEM, contendo duas mesas e três cadeiras, em polipropileno (plástica), para serem utilizados pelo anotador. Instalação de 01 par de bandeirinhas nos lados extremos do campo inserido na marcação do tiro de canto e colocação nas traves de 01 par de redes, em todos os campos onde ocorrer o evento.	Unid. DIÁRIAS 12hs	50

21	LOCAÇÃO DE DISCIPLINADORES (grades de contenção), de público estrutura em ferro tubular (aço carbono) com tratamento de galvanização (eletrolítica ou a fogo) para resistência à oxidação, medindo 1,20m de altura x 2,0m de comprimento, com serviço de transporte, montagem e desmontagem inclusos, para suporte e organização do campeonato.	Metro DIÁRIAS 12hs	2400m
22	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL: locação de sistema de som completo, incluindo montagem, operação e desmontagem, para atendimento das 03 (três) grandes rodadas do campeonato (abertura, semifinal e final), para cobrir uma área aberta de aproximadamente 15.000 m ² , garantindo inteligibilidade de voz e pressão sonora uniforme em todo o perímetro do campo e áreas de público. Equipamento com 04 (quatro) caixas ativas de alta performance em pedestais elevados, com subwoofers para reforço de grave; 02 (dois) microfones sem fio de longo alcance (mínimo 50 metros sem interferência) para locução; 01 (um) microfone com fio reserva na mesa de som; 1 (uma) mesa de som digital com no mínimo 08 canais; cabos blindados e cases de proteção contra intempéries (sol/chuva); e 01 (um) técnico de som qualificado para operação durante toda a jornada (até 08 horas por diária).	Unid. DIÁRIAS 08hs	03
23	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA PARA O EVENTO: Apresentação de grupo de músicos regionais composto por no mínimo 3 integrantes, em local aberto e/ou fechado, em ambiente para mais de 300 (trezentos) participantes, com duração de no mínimo 4h de duração.	Unid.	01

24	<p>SERVIÇO DE BUFFET estimado para 300 pessoas, om duração de 04 (quatro) horas de serviço, incluindo fornecimento de alimentos, bebidas, mobiliário, ornamentação e mão de obra e local de realização do evento nos seguintes quantitativos: SALGADOS VARIADOS (mínimo de 18 unidades por pessoa) - total de 5.400 unidades (composição: quibe, coxinha, pãezinhos recheados, rissole (milho/carne, croquetes, empadas e bolinha de queijofritos ou assados na hora, servidos quentes); REFRIGERANTES (mínimo de 600ml por pessoa) - total de 180 litros (marcas de referência: coca-cola comum e zero, guaraná antarctica, fanta laranja e Sprite; SUCO DE UVA INTEGRAL (300ml por pessoa) - total de 90 litros (padrão: suco de uva tinto integral, sem adição de açúcar, servido gelado em jarras ou dispensadores); ÁGUA MINERAL (200ml por pessoa) - total de 60 litros (com e sem gás); INFRAESTRUTURA E MOBILIÁRIO: local/espço físico com capacidade para 300 pessoas sentadas; mobiliário mínimo de 30 mesas redondas e 300 cadeiras com forração (toalhas e capas) de alto padrão; ORNAMENTAÇÃO/DECORAÇÃO com arranjos de mesa, mesa principal ornamentada para exposição de troféus; EQUIPE DE SERVIÇO/MÃO DE OBRA de 10 garçons uniformizados e treinados para serviço de rodízio; e 01 METRE/COORDENADOR responsável pela supervisão geral do evento.</p>	Unid.	01
25	<p>EQUIPE DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM OFICIAL, para jogos de futebol de campo, com uma previsão de 164 jogos, composto por quatro árbitros: sendo 01 árbitro central; 02 árbitros assistentes de campo; e 01 árbitro reserva (apontador).</p>	Unid. DIÁRIAS 8hs	164
26	<p>COORDENADOR DE ARBITRAGEM: profissional especializado em coordenação da equipe total de árbitros do campeonato, com atuação estratégica e operacional durante todas as rodadas do campeonato, devendo permanecer no local das partidas durante toda a rodada, desde a chegada do primeiro árbitro até o encerramento da última súmula do dia, sendo ainda responsável por elaborar e apresentar à Secretaria de Esportes a escala completa de árbitros (centrais, assistentes e reservas) com antecedência mínima de 72 horas de cada rodada.</p>	Unid. DIÁRIAS 8hs	20
27	<p>EQUIPE DE SUPORTE OPERACIONAL (POR JORNADA DE ATÉ 06 HORAS): prestação de serviços de apoio às partidas de futebol, composta por 02 (dois) garçons, que atuarão na reposição célere das bolas em jogo, coleta de materiais e auxílio na organização das redes e 01 (um) auxiliar de mesa de arbitragem, que atuará como suporte ao mesário na conferência de atletas, controle de substituições e auxílio no preenchimento de documentos oficiais da partida.</p>	Unid. DIÁRIAS 6hs	82

28	SERVIÇO DE MAQUEIRO: contratação de serviço especializado de remoção e transporte de atletas lesionados durante as partidas, composto por 02 (dois) profissionais (maqueiros) e fornecimento de equipamento próprio (01 uma maca rígida tipo prancha, confeccionada em polietileno de alta resistência, com aberturas laterais para transporte e cintos de imobilização. os profissionais deverão permanecer em local estratégico (beira de campo), em prontidão imediata, sendo acionados apenas pela arbitragem ou equipe médica.	Unid. DIÁRIAS 6hs	20
29	SERVIÇO DE CAPINAGEM E ROCAGEM: prestação de serviço de manutenção de áreas verdes, compreendendo a roçagem mecanizada da área de jogo, mantendo a altura ideal para a prática de futebol (entre 3cm e 5cm) e capinagem manual/mecânica dos arredores, devendo ser utilizado equipamento mecanizado (roçadeira costal ou tratorito). O serviço deverá ser executado com antecedência mínima de 48 a 72 horas do início da rodada, para garantir que o terreno esteja seco e limpo para a marcação das linhas (cal/tinta).	Unid.	50
30	SERVIÇO DE MARCAÇÃO DE CAL OU TINTA: fornecimento de cal hidratada específica para pintura, de cor branca intensa, com alto poder de cobertura e fixação no solo (terra ou grama), livre de pedras ou impurezas que possam causar ferimentos aos atletas, ou a depender da variabilidade do terreno de várzea, fornecimento de tinta à base de água, atóxica (para não agredir o gramado), de secagem rápida e alta resistência à umidade e ao pisoteio, com inclusa prestação de serviço de medição e marcação de todas as linhas do campo (laterais, fundo, grande e pequena área, círculo central e marca do pênalti), utilizando cordas e gabaritos para garantir o esquadro perfeito, devendo ser realizada preferencialmente no dia anterior ou poucas horas antes do início da primeira partida da rodada, garantindo linhas nítidas e uniformes.	Unid.	50
31	PRODUTOR SÊNIOR: contratação de 01 (um) profissional especializado em produção sênior de eventos esportivos, responsável pelo planejamento, coordenação logística e supervisão operacional das rodadas do campeonato, cuja atividade será desenvolvida nas 05 (cinco) rodadas iniciais para o estabelecimento de protocolos, treinamento da equipe de apoio e padronização da logística de campo e nas 05 rodadas finais, compreendendo fases eliminatórias e finais onde a complexidade do evento, o volume de público e a necessidade de protocolo cerimonial exigem expertise de nível sênior.	Unid. DIÁRIAS 12hs	10

32	PRODUTOR AUXILIAR: contratação de serviço de apoio operacional para suporte e condução das rodadas de fase regular do campeonato (rodadas de manutenção/fase de grupos), atuando como responsável operacional, seguindo as diretrizes e cronogramas estabelecidos pelo produtor sênior, nas 10 (dez) rodadas diversas de atuação deste.	Unid. DIÁRIAS 12hs	10
----	--	--------------------------	----

3.20 objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 15.243, de 2023.

3.3 Estimativas do Valor da Contratação

3.3.1 O custo estimado total da contratação constaem anexo aos autos do processo e será informadona Justificativa da Pesquisa de Preço e Análise Crítica se será ou não sigiloso.

3.4 Da Vigência

3.4.1 O prazo de execução do contrato terá início da data de sua assinatura até o prazo de 05 (cinco) meses.

3.4.2 O prazo de vigência do contrato terá início na data de sua assinatura e encerramento em 31 de dezembro do exercício em que ocorrer sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021

4. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. O Particular deverá executar os serviços rigorosamente segundo as especificações e referências indicadas neste Termo de Referência e na respectiva proposta, salvo fato superveniente acatado pela Administração.

4.2. Os materiais, quando for o caso, deverão ter prazo de validade conforme descrito no item 3.1, e será contado da data do recebimento definitivo.

4.2.1. A validade dos produtos deverá constar expressamente nos respectivos rótulos, nos termos da legislação vigente.

4.3. Os materiais e serviços deverão ter garantia, no mínimo, de **90 (noventa) dias corridos**, contados da data do recebimento, nos termos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.4. A montagem/desmontagem de toda a infraestrutura necessária para a realização dos referidos serviços, incluindo o serviço de transporte de materiais serão de responsabilidade da contratada, sem qualquer ônus adicional para o município.

4.5. Todos os equipamentos e insumos utilizados deverão ser de alta qualidade, e disponibilizados em tempo hábil para testes e verificações do Contratante.

4.6. Providenciar a imediata troca de todo equipamento que apresentar defeito durante a realização de qualquer evento, sem custos adicionais.

4.7. Realizar todos os procedimentos operacionais e administrativos e/ou transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome, observadas as legislações de regência, assegurando-se de que todos os itens, atividades e serviços sejam executados em conformidade com a ordem de serviço autorizada para cada evento.

5. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 5.1. A licitação, para a contratação de que trata o objeto deste Termo de Referência, em julgamento global, nos moldes em que se encontra, permite à Administração Pública uma maior economia com o ganho de escala, haja vista que os participantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade.
- 5.2. A opção de contratar em LOTE GLOBAL ao invés de ITEM dá-se em razão da economia de escala. Além disso, o fornecimento, que compõem o objeto deste termo de referência, usualmente são contratados no mercado com empresa organizadora de eventos. Dessa forma, mantém-se preservada a competitividade.
- 5.3. Justifica-se a decisão do lote global objetivando sanar possíveis problemas de operacionalização de logística – caso vários fornecedores vençam os itens, para que sejam minimizadas as chances de interrupções no fornecimento. A maior vantagem da licitação por preço global é o fato de vários itens serem desenvolvidos no mesmo procedimento, visando à minimização dos riscos a serem absorvidos pela contratada durante a execução dos serviços. É fato que quanto menor os riscos envolvidos, maior é a possibilidade de as empresas concorrentes apresentarem um preço menor em suas propostas.
- 5.4. Nos termos vistos, o procedimento a ser adotado, licitação por preço global possui inúmeras vantagens sendo elas; a) A simplicidade nas medições (utilização de etapas); b) Menor custo e eficiência para a Administração durante a fiscalização dos serviços; c) Maior controle da execução dos serviços uma vez que deverá ser executado por uma única empresa responsável e que apresente as condições exigidas no edital, o que facilita ainda o contato, as orientações e acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;
- 5.5. Nesse sentido colaciona-se a manifestação do TCU quanto ao caráter indivisível dos serviços de organização de eventos:

“Sempre que não houver demanda de itens isolados, pelo fato de os serviços não poderem ser dissociados uns dos outros, não havendo, assim, a divisibilidade do objeto, considero não haver atendimento aos requisitos previstos no art. 3º do Decreto 7.892/13, que regulamenta o sistema de registro de preços. É o caso da contratação de obras, cuja utilização do SRP foi refutada pelo Acórdão 3.065/2014-TCU-Plenário, ou da própria prestação de serviços de eventos, que ora se discute, em que o parcelamento do objeto em itens de serviço é inviável, por resultar na contratação de dezenas de fornecedores/prestadores de serviço para a realização de um único evento (Acórdão nº 1712/2015 – Plenário). Vistos, relacionados e discutidos estes autos que trata de Representação impetrada pela CBL – Companhia Brasileira de Locações, com pedido de suspensão cautelar, por possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 01/2012 das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras). Considerando que ao objeto do Pregão Eletrônico,

01/2013, contratação de empresa para organização de evento não se aplica a adjudicação por item, uma vez que o objeto é, no caso vertente, indivisível; Considerando que a adjudicação por item, mesmo que possível, oneraria a Administração, visto que seria necessária a contratação de mais uma empresa que viesse a coordenar as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do evento constantes do edital; Considerando que não se verificou restrição à competitividade do certame nem qualquer ofensa aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade; Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos arts. 143, III, e 237, VII, do RI/TCU, ACORDAM em: a) conhecer da presente Representação, nos termos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/95, para, no mérito, considerá-la improcedente; b) arquivar o presente processo, com fulcro no artigo 40, inciso III, da Resolução-TCU 191, de 21/6/2006. (Acórdão nº 517/2012 – 2ª Câmara).”

5.6 Considerando a natureza dos itens a serem licitados, conforme justificativas apontadas acima, respaldado em entendimento pacificado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 5.260/2011-1ª Câmara e Acórdão nº 861/2013 Plenário), e para priorizar a eficiência no Serviço Público, mostra-se pertinente o agrupamento dos itens.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1. A proposta de preços do particular deverá conter as seguintes informações, entre outras:
- 6.1.1. Indicar o prazo de validade que será, no mínimo, de **60 (sessenta) dias corridos**;
 - 6.1.2. Indicar expressamente o fabricante, marca, modelo e/e referência do produto cotado, de maneira que se possa identificá-lo exatamente dentro da linha de produção do fabricante;
 - 6.1.3. Poderá conter catálogos, *folders* ou prospectos do material ou produto cotado, que contenham, de forma clara e detalhada, as especificações técnicas básicas que demonstrem sua adequação ao que foi solicitado no presente termo de referência;
 - 6.1.4. Se for possível, deverá o particular indicar os respectivos links dos sites oficiais dos respectivos fabricantes dos produtos cotados para fins de averiguações e julgamentos;
 - 6.1.5. Informar expressamente que os preços apresentados contemplam todos os custos necessários à prestação do serviço ou fornecimento do bem, como taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou quaisquer outras obrigações que possam incidir direta ou indiretamente no objeto;
 - 6.1.6. Indicar expressamente endereço completo do particular, inclusive eletrônico (e-mail da empresa) bem como telefones para contatos, para fins de futuras notificações e intimações de obrigações relativas à futura contratação.

6.2. Vencido o prazo de validade indicado na alínea anterior sem a formalização do respectivo contrato, ficará o particular desobrigado, podendo o particular convalidar sua proposta e aceitar a formalização do respectivo contrato.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. O objeto deste instrumento pode ser considerado como **serviços comum**, pois, conforme prevê o inciso XIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021, o bem ou o serviço comum são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

7.2. Os serviços a serem contratados não se enquadram nos pressupostos do art. 48, caput, da Lei nº 14.133/2021, constituindo em atividades materiais meramente acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

8.2. O **julgamento** será realizado pelo critério do LOTE GLOBAL, observadas as regras de aceitação das propostas fixadas neste termo de referência.

8.3. As exigências de **habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista** são as usuais para a generalidade dos objetos e os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão os previstos no Edital.

8.4. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA deverá ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos e informações:

8.5. **Comprovação de aptidão para execução do objeto** de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.5.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa.

8.5.2. A empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 Da Sustentabilidade:

9.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) A utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

- b) Observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- c) Fornecimento, aos empregados, dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- d) Realização de separação dos resíduos recicláveis descartados durante os eventos; Respeito às Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos;
- e) Realização de separação dos resíduos recicláveis descartados durante os eventos;
- f) Respeito às Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos; Previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução nº 424, de 2010.

9.2 Indicação de marcas ou modelos:

9.2.1 Não será necessária a indicação de marca ou modelos.

9.3 Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:

9.3.1 Não será vedada a utilização de marca/produto na execução do serviço.

9.4 Da exigência de carta de solidariedade:

9.4.1 Não será necessária a exigência de carta de solidariedade.

9.5 Garantia da contratação

9.5.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão das justificativas abaixo.

9.5.2 A exigência de garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 14.133/2021 tem por objetivo assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, oferecendo mecanismos de proteção à Administração Pública. Entretanto, a legislação também admite que a exigência de garantia seja dispensada, especialmente em contratações de baixo risco, de pequeno valor relativo ao orçamento do ente público, ou quando a natureza do objeto contratual não apresenta risco relevante de inadimplemento.

9.5.3 No presente caso, a contratação refere-se à organização e execução do Campeonato Interbairros de Futebol Amador de Itabuna, evento tradicional e recorrente no calendário municipal, cujas especificações, quantitativos e necessidades logísticas já são amplamente conhecidas pela Administração. A contratação envolve serviços de apoio logístico, fornecimento de infraestrutura e equipe operacional, sem a execução de obras civis ou fornecimento de bens de elevado valor patrimonial.

9.5.4 Considerando o baixo risco associado ao objeto, a existência de fiscalização direta e acompanhamento operacional pela Administração, e a previsibilidade do fornecimento de bens e serviços, a exigência de garantia contratual se mostra desnecessária e desproporcional, sendo possível sua dispensa sem comprometer a segurança, a regularidade ou a eficiência da execução contratual.

9.6 Da vistoria

9.6.1 Não será necessária a realização de vistoria.

10 MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1 A execução deverá ser feita **PARCIALMENTE** pela Contratada, conforme Autorização de Fornecimento consoante cronograma de datas constantes no ANEXO I, que poderão ser alteradas em decorrência da necessidade de adequação, não ultrapassando o prazo final do contrato.

10.2 O Particular deverá fornecer os materiais rigorosamente segundo as especificações e referências indicadas na respectiva proposta, salvo fato superveniente acatado pela Administração.

10.3 Correrão por conta do Particular os custos com o fornecimento dos materiais e/ou equipamentos, segundo condições de entrega abaixo indicadas.

10.4 Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados e em perfeitas condições de utilização.

10.5 O prazo de fornecimento será de até **03 (três) dias corridos**, contados do recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado a critério da Administração em razão de fato superveniente demonstrado pelo Particular.

10.6 A Contratada deverá realizar a entrega dos itens no dia especificado na autorização de fornecimento, sendo nos dias úteis durante o horário de 8h às 14h, aos sábados das 08h às 10h e aos domingos das 6h às 07h, conforme tabela abaixo.

ITEM	DIA	HORÁRIO	LOCAL DE ENTREGA
Camiseta	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Boné	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Bola de Futebol	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Água	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Lanche em Kit	Domingo	06h às 07h	Secretaria de Esportes e Lazer
Troféus personalizado campeão	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Troféus personalizado vice-campeão	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Troféus personalizado 3º colocado	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Troféus personalizado goleiro	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Troféus personalizado melhor jogador	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Troféus personalizado artilheiro	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer

Troféus personalizado sexteto arbitragem	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Medalha de premiação personalizada	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Placas de homenagem personalizada	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Banheiros Químicos	Domingo	06h às 7h	Campo de Várzea
Toldos	Domingo	06h às 7h	Campo de Várzea
Treliça	Domingo	06h às 7h	Campo de Várzea
Arquibancada	72h antes do jogo indicado	08h às 17h	Campo de Várzea
Kit de apoio a arbitragem	Domingo	06h às 7h	Campo de Várzea
Disciplinadores	72h antes do jogo indicado	08h às 17h	Campo de Várzea
Sistema de sonorização	Domingo	06h às 7h	Campo de Várzea
Apresentação artística	Cerimonia de premiação/data a definir	16h às 17h	Local a definir
Serviço de Som	Domingo	07h às 08h	Campo de várzea
Serviço de buffet	Cerimonia de premiação/data a definir	16h às 17h	Local a definir
Equipe de serviço de Arbitragem	Domingo	07h às 08h	campo de várzea
Coordenador de arbitragem	Domingo	07h às 08h	campo de várzea
Equipe de suporte operacional	Domingo	07h às 08h	campo de várzea
Equipe de Maqueiro	Domingo	07h às 08h	campo de várzea
Serviço de Capinagem e Roçagem	72h antes do jogo indicado	08h às 17h	campo de várzea
Serviço de marcação de cal ou tinta	24h antes do jogo indicado	08h às 17h	campo de várzea
Produto sênior	Domingo	07h às 08h	campo de várzea
Produtor auxiliar	Domingo	07h às 08h	campo de várzea

10.7 Cada ordem de fornecimento deverá ser acompanhado do recibo ou meio de controle similar onde deve constar a data da efetiva entrega, a quantidade entregue e assinatura do responsável pelo recebimento da Unidade Requisitante.

10.8. A execução do contrato em questão deverá contar obrigatoriamente com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em conformidade com a Lei nº 6.496/1977 e demais normativos aplicáveis, **quando se tratar da contratação referente à estrutura de locação de toldo, treliça e arquibancada.**

10.8.1 A exigência da ART tem como finalidade assegurar a formalização da responsabilidade técnica do profissional habilitado pela execução dos serviços contratados, garantindo a regularidade, a qualidade e a segurança da obra/serviço, bem como a observância das normas técnicas pertinentes.

10.8.2. Assim, durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar a ART devidamente registrada, vinculada ao objeto contratado, permanecendo a mesma como documento integrante do processo, servindo de instrumento de fiscalização e responsabilização técnica durante toda a vigência contratual.

10.8.3. O não atendimento a essa exigência poderá configurar descumprimento contratual, sujeitando a empresa às penalidades previstas na legislação e no instrumento convocatório.

11. A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

SECRETARIA	UNIDADE GESTORA	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO	FONTE
Secretaria de Esporte e Lazer	1616	2071	339039	1.500.0000

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1 Os **bens e serviços serão recebidos parcialmente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento parcialmente do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 15.246, de 2023).

12.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, VII, Decreto nº 15.246, de 2023).

12.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

12.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar a execução do objeto que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.5.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

12.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **01 (um)** dia corrido, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.6.1 A fiscalização não efetuará o ateste até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

12.7 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à

fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo,

12.8 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

12.8.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 15.246, de 2023).

12.8.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.8.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

12.8.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.8.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.9 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias corridos.

12.10 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.12 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.13 O recebimento provisório ou definitivo **não excluirá a responsabilidade civil** pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.14 Da liquidação:

12.14.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **até 20 (vinte) dias corridos** para fins de liquidação.

12.14.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133, de 2021, deverão ser efetuados no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal.

12.14.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.14.3.1. o prazo de validade;

12.14.3.2. a data da emissão;

12.14.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

12.14.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

12.14.3.5. o valor a pagar; e

12.14.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

12.14.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.14.6. A Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação fiscal, social e trabalhista exigidas.

12.14.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.14.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.14.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.14.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

12.15 Do pagamento:

12.15.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até 10 (dez) dias corridos**, contados da finalizaçãoda liquidação da despesa.

12.15.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.15.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.15.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.15.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.15.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

13.1.1. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14 DO REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

14.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

14.2 O valor unitário fixado nesta avença poderá ser reajustado, para mais ou menos, de acordo com a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aferido pelo IBGE, ou pelo índice que venha a substituí-lo, nos termos fixados neste Termo de Referência.

14.2.1 A periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data do orçamento estimado.

14.3 O reajuste de preços deverá ser requerido do contratado, sob pena de preclusão.

14.4 Havendo comprovado **desequilíbrio contratual**, caberá **revisão** de preço pactuado, para mais ou para menos, nos termos fixados na Lei nº 14.133/2021.

14.5 No caso de **desequilíbrio contratual**, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o *quantum* do impacto negativo na economia contratual.

14.6 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação ao reajuste e revisão de preços

15 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

15.1.1 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.1.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.1.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.1.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.2 O contratado será **obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir**, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem **vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução** ou de materiais nela empregados, no prazo de **01 (um) dia**, contados da notificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

15.3 O contratado será **responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato**, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

15.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

15.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

15.6 Da Fiscalização

15.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

15.7 Fiscalização Técnica

15.7.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 22, VI);

15.7.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 15.246, de 2023, art. 22, II);

15.7.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 22, III);

15.7.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 22, IV).

15.7.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 15.246, de 2023, V).

15.7.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 22, VII).

16.8 Fiscalização Administrativa

15.8.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 15.246, de 2023).

15.8.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 23, IV).

15.9 Gestor do Contrato

15.9.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 21, IV).

15.9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 21, II).

15.9.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 21, III).

15.9.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente

definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 21, VIII).

15.9.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 21, X).

15.9.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 21, VI).

15.9.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

16 AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - PENALIDADES

16. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

16.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

16.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2 Nos casos de **retardamento**, de **falha na execução** do contrato ou de **inexecução parcial** ou de **inexecução total** do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “16.3” a “16.11”, e nas tabelas 1 e 2 abaixo, com as seguintes penalidades:

16.2.1 Advertência;

16.2.2 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

16.3 Configurar-se-á a **inexecução total**, entre outras hipóteses, quando:

16.3.1 o atraso injustificado na entrega, independentemente do quantitativo em atraso, for superior a **20 (vinte) dias corridos**;

16.3.2 for entregue objeto diverso daquele contratado.

16.4 No caso de inexecução total do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

16.5 Configurar-se-á o **retardamento da execução**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA, sem causa justificada, deixar de iniciar, a qualquer tempo, a execução do contrato ou atrasar a entrega do objeto definido no contrato.

16.6 No caso de cometimento das infrações elencadas no item acima, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).

16.7 Configurar-se-á a **inexecução parcial** do objeto, entre outras hipóteses, quando decorridos **20 (vinte) dias corridos** do término do prazo estabelecido para a execução do contrato, houver fornecimento do objeto pela CONTRATADA, mas não em sua totalidade.

16.8 No caso de inexecução parcial do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

16.9 O contrato será rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica.

16.10 A **falha na execução** do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 16.11a seguir:

16.11 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA (% do valor total do Contrato)
1	1%
2	2%
3	3%

Tabela 2

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços/fornecimentos.	1	Por empregado e por dia
2	Fornecer informação falsa de serviço/fornecimento ou substituição de material por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes	3	Por ocorrência
4	Recusar-se a executar serviço/fornecimento determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	3	Por ocorrência
5	Permitir, por dolo ou culpa, situação que crie ou aumente os riscos de ocorrência de danos físicos, lesões corporais ou consequências letais.	3	Por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
6	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
7	Manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por item e por ocorrência
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
10	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
11	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
12	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
13	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
14	Cumprir quaisquer dos itens exigidos na contratação não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

16.12 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 16.12.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.12.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 16.12.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.12.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 16.12.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.13 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 16.14 A aplicação das sanções previstas, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 16.15 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 16.16 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 16.17 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.18 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.19 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17 DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 17.1 Consoante diretrizes contidas na Lei 12.527, de 2011 – Lei de Acesso à Informação, entende-se que não será necessário classificar este Termo de Referência como sigiloso, uma vez que não se trata de contratação que implique informações sensíveis à segurança institucional desta prefeitura.
- 17.2 No interesse da PMI, o objeto da contratação poderá sofrer acréscimos ou supressões, nos termos do artigo 124, da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, com a apresentação das devidas justificativas.

ANEXO I-A – TABELA DE JOGOS					
1ª FASE					
Nº	Data	Dia	Horário	Jogo	Local /Bairros
01	03/05	Dom.	08h00m	Ceplac x Mangabinha	CEPLAC
02	03/05	Dom.	10h00m	Pq Santa Clara x Ribeirão Seco	CEPLAC
03	03/05	Dom.	08h00m	Banco Raso x Novo São Caetano	Daniel Gomes
04	03/05	Dom.	10h00m	Jaçanã x Jardim Primavera	Daniel Gomes
05	03/05	Dom.	08h00m	Sarinha x Vila Anália	Caic
06	03/05	Dom.	10h00m	Maria Pinheiro x Novo Jaçanã	Caic
07	03/05	Dom.	08h00m	São Caetano x Jardim Vitória	Pedro Jeronimo
08	03/05	Dom.	10h00m	Zildolandia x Alto Mirante	Pedro Jeronimo
09	10/05	Dom.	08h00m	Pedro Jerônimo x Zizo	Pedro Jeronimo
10	10/05	Dom.	10h00m	Fonseca x Vale do Sol	Pedro Jeronimo
11	10/05	Dom.	08h00m	Daniel Gomes x Novo Fonseca	Daniel Gomes
12	10/05	Dom.	10h00m	Corbiniano Freire x Carlos Silva	Daniel Gomes
13	10/05	Dom.	08h00m	São Pedro X Conceição	São Pedro
14	10/05	Dom.	10h00m	Vila Zara x Pontalzinho	São Pedro
15	10/05	Dom.	08h00m	California x São Roque	Pq Boa Vista
16	10/05	Dom.	10h00m	Fatima x João Soares	Pq Boa Vista
17	10/05	Dom.	08h00m	Pq Boa Vista x Alto Boa Vista	Santa Inês
18	10/05	Dom.	10h00m	Nova California x Mutuns	Santa Inês
19	17/05	Dom.	08h00m	Santa Inês x Antique	Santa Inês
20	17/05	Dom.	10h00m	Monte Cristo x Vida Nova	Santa Inês
21	17/05	Dom.	08h00m	São Lourenço x N. S. Graças	São Lourenço
22	17/05	Dom.	10h00m	Novo Horizonte x JdGrapiuna	São Lourenço
23	17/05	Dom.	08h00m	Lomanto x Santa Catarina	Lomanto
24	17/05	Dom.	10h00m	Odilon x Novo Lomanto	Lomanto
25	24/05	Dom.	08h00m	Jorge Amado x Nova Mangabinha	Lomanto
26	24/05	Dom.	10h00m	Bananeira x Campo Formoso	Lomanto
27	24/05	Dom.	08h00m	Rua de Palha x Nova Itabuna	Rua de Palha
28	24/05	Dom.	10h00m	Sinval Palmeira x Morumbi	Rua de Palha
29	24/05	Dom.	08h00m	Ferradas x Gabriela	Ferradas
30	24/05	Dom.	10h00m	Itamaracá x São José	Itamaracá
31	24/05	Dom.	08h00m	Nova Ferradas x Santo Antonio	Nova Ferradas
32	24/05	Dom.	10h00m	Roça do Povo x Jubiabá	Roça do Povo
33	24/05	Dom.	08h00m	Mangabinha x Pq Santa Clara	Ceplac
34	31/05	Dom.	10h00m	Ceplac x Ribeirão Seco	Ceplac
35	31/05	Dom.	08h00m	Banco Raso x Jardim Primavera	Pedro Jeronimo
36	31/05	Dom.	10h00m	Novo São Caetano x jaçanã	Pedro Jeronimo
37	31/05	Dom.	08h00m	Maria Pinheiro x Vila Anália	Caic
38	31/05	Dom.	10h00m	Jaçanã x Sarinha	Caic
39	31/05	Dom.	08h00m	São Caetano x Zildolandia	Daniel Gomes
40	31/05	Dom.	10h00m	Alto Mirante x Jardim Vitória	Daniel Gomes
41	07/06	Dom.	08h00m	Zizo x Fonseca	Pedro Jeronimo

42	07/06	Dom.	10h00m	Vale do Sol x Pedro Jeronimo	Pedro Jeronimo
43	07/06	Dom.	08h00m	Daniel Gomes x Carlos Silva	Daniel Gomes
44	07/06	Dom.	10h00m	Novo Fonseca x Corbiniano Freire	Daniel Gomes
45	07/06	Dom.	08h00m	Vila Zara x Conceição	São Pedro
46	07/06	Dom.	10h00m	São Pedro x Pontalzinho	São Pedro
47	07/06	Dom.	08h00m	Califórnia x Fátima	Santa Inês
48	07/06	Dom.	10h00m	João Soares x São Roque	Santa Inês
49	14/06	Dom.	08h00m	Alto Boa Vista x Nova Califórnia	Pq Boa vista
50	14/06	Dom.	10h00m	Mutuns x Pq Boa Vista	Pq Boa Vista
51	14/06	Dom.	08h00m	Antique x Vida Nova	Santa Inês
52	14/06	Dom.	10h00m	Monte Cristo x Santa Inês	Santa Inês
53	14/06	Dom.	08h00m	Jd Grapiuna x São Lourenço	São Lourenço
54	14/06	Dom.	10h00m	Novo Horizonte X N. S. Graças	São Lourenço
55	14/06	Dom.	08h00m	Lomanto x Odilon	Lomanto
56	14/06	Dom.	10h00m	Santa Catarina x Novo Lomanto	Lomanto
57	21/06	Dom.	08h00m	Jorge Amado x Bananeira	Lomanto
58	21/06	Dom.	10h00m	Nova Mangabinha x Campo Formoso	Lomanto
59	21/06	Dom.	08h00m	Nova Itabuna x Morumbi	Rua de Palha
60	21/06	Dom.	10h00m	Sinval Palmeira x Rua de Palha	Rua de Palha
61	21/06	Dom.	08h00m	Gabriela x São José	Ferradas
62	21/06	Dom.	10h00m	Itamaracá x Ferradas	Ferradas
63	21/06	Dom.	08h00m	Roça do Povo x Santo Antonio	Nova Ferradas
64	21/06	Dom.	10h00m	Jubiabá x Nova Ferradas	Nova Ferradas
65	21/06	Dom.	08h00m	Ribeirão Seco x Mangabinha	Ceplac
66	05/07	Dom.	10h00m	Pq Santa Clara x Ceplac	Ceplac
67	05/07	Dom.	08h00m	Jaçanã x Banco Raso	Pedro Jeronimo
68	05/07	Dom.	10h00m	Novo São Caetano x Jardim Primavera	Pedro Jeronimo
69	05/07	Dom.	08h00m	Maria Pinheiro x Sarinha	Caic
70	05/07	Dom.	10h00m	Vila Anália x Novo Jaçanã	Caic
71	05/07	Dom.	08h00m	São Caetano x Alto Mirante	Daniel Gomes
72	05/07	Dom.	10h00m	Jardim Vitória x Zildolandia	Daniel Gomes
73	05/07	Dom.	08h00m	Pedro Jeronimo x Fonseca	Pedro Jeronimo
74	05/07	Dom.	10h00m	Zizo x Vale do Sol	Pedro Jeronimo
75	12/07	Dom.	08h00m	Corbiniano Freire x Daniel Gomes	Daniel Gomes
76	12/07	Dom.	10h00m	Novo Fonseca x Carlos Silva	Daniel Gomes
77	12/07	Dom.	08h00m	Vila Zara x São Pedro	São Pedro
78	12/07	Dom.	10h00m	Conceição x Pontalzinho	São Pedro
79	12/07	Dom.	08h00m	João Soares x Califórnia	Santa Inês
80	12/07	Dom.	10h00m	Fátima x São Roque	Santa Inês
81	12/07	Dom.	08h00m	Pq Boa Vista x Nova Califórnia	Pq Boa Vista
82	12/07	Dom.	10h00m	Mutuns x Alto Boa Vista	Pq Boa Vista
83	12/07	Dom.	08h00n	Vida Nova x Santa Inês	Santa Inês
84	19/07	Dom.	10h00m	Antique x Monte Cristo	Santa Inês
85	19/07	Dom.	08h00m	Jd Grapiuna x N. S. Graças	São Lourenço
86	19/07	Dom.	10h00m	Novo Horizonte x São Lourenço	São Lourenço
87	19/07	Dom.	08h00m	Odilon x Santa Catarina	Lomanto
88	19/07	Dom.	10h00m	Lomanto x Novo Lomanto	Lomanto

89	19/07	Dom.	12h00m	Campo Formoso x Jorge Amado	Lomanto
90	19/07	Dom.	08h00m	Morumbi x Rua de Palha	Rua de Palha
92	26/07	Dom.	10h00m	Nova Itabuna x Sinval Palmeira	Rua de Palha
93	26/07	Dom.	08h00m	Ferradas x São José	Ferradas
94	26/07	Dom.	10h00m	Gabriela x Itamaracá	Ferradas
95	26/07	Dom.	08h00m	Nova Ferradas x Roça do Povo	Nova Ferradas
96	26/07	Dom.	10h00m	Santo Antônio x Jubiabá	Nova Ferradas
2ª FASE					
97	02/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
98	02/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
99	02/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
100	02/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
101	02/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
102	02/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
103	02/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
104	02/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
105	02/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
106	02/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
107	02/08	Dom.	12h00m	A definir	A definir
108	09/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
109	09/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
110	09/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
111	09/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
112	09/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
113	09/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
114	09/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
115	09/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
116	09/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
117	09/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
118	09/08	Dom.	12h00m	A definir	A definir
119	16/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
120	16/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
121	16/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
122	16/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
123	16/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
124	16/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
125	16/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
126	16/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
127	16/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
128	16/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
129	16/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
130	23/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
131	23/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
132	23/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
133	23/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
134	23/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
135	23/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir

136	23/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
137	23/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
138	23/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
139	23/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
140	23/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
3ª FASE					
141	30/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
142	30/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
143	30/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
144	30/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
145	30/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
146	30/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
147	30/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
148	30/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
149	30/08	Dom.	12h00m	A definir	A definir
150	30/08	Dom.	08h00m	A definir	A definir
151	30/08	Dom.	10h00m	A definir	A definir
4ª FASE					
152	06/09	Dom.	08h00m	A definir	A definir
153	06/09	Dom.	10h00m	A definir	A definir
154	06/09	Dom.	08h00m	A definir	A definir
155	06/09	Dom.	10h00m	A definir	A definir
156	06/09	Dom.	08h00m	A definir	A definir
157	06/09	Dom.	10h00m	A definir	A definir
5ª FASE					
158	13/09	Dom.	08h00m	A definir	A definir
159	13/09	Dom.	10h00m	A definir	A definir
160	13/09	Dom.	08h00m	A definir	A definir
161	13/09	Dom.	10h00m	A definir	A definir
162	20/09	Dom.	08h00m	A definir	A definir
163	20/09	Dom.	10h00m	A definir	A definir
6ª FASE - FINAL					
164	27/09	Dom.	10h00m	A definir	A definir

ANEXO I-B
(REFERÊNCIA ITENS PERSONALIZADOS)

CAMISETA COLORIDA EM MALHA FRIA



BONÉ



TROFÉU PERSONALIZADO TROFÉU PERSONALIZADO TROFÉU PERSONALIZADO
CAMPEÃO VICE-CAMPEÃO 3º COLOCADO



TROFÉU PERSONALIZADO TROFÉU PERSONALIZADO TROFÉU PERSONALIZADO MELHOR GOLEIRO MELHOR JOGADOR ARTILHEIRO



TROFÉU SEXTETO ARBITRAGEM TROFÉU MELHOR TORCIDA TROFÉU PLACA HOMENAGEM PERSONALIZADO PERSONALIZADO PERSONALIZADO



MEDALHA PERSONALIZADA



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**(LOGOMARCA DA EMPRESA)****À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA****Ref.: Pregão Eletrônico nº 0012/2026****DATA: __/__/2026, às __ horas.****OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, ABRANGENDO PLANEJAMENTO OPERACIONAL, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FORNECIMENTO DE BENS, INFRAESTRUTURA E APOIO LOGÍSTICO, PARA ATENDIMENTO AO EVENTO DENOMINADO 25º CAMPEONATO INTERBAIRROS DE FUTEBOL AMADOR.****I – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA**

Razão Social:	
Nome Fantasia:	
CNPJ:	Contato:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

II – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E PREÇO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CAMISETA COLORIDA EM MALHA FRIA: fornecimento de camisas de manga curta com gola, contendo aplicação de arte em silkscreen frente e costas, com a identidade visual do campeonato fornecida pela Secretaria de Esportes. Tamanhos variáveis: P-20 unid; M- 20 unid; G – 30 unid; GG – 20 unid; EXGG. 10 unid.	Und.	100			
02	BONÉ: fornecimento de bonés em algodão na cor azul claro e royal, com logomarca do campeonato e da prefeitura, com regulador fecho/fivela plástico, tamanho único.	Und.	100			

03	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL: fornecimento de bolas (padrão FIFA), tamanho nº 5; circunferência entre 68,5 cm e 69,5 cm (ou tolerância máxima de 68 cm a 70 cm); peso entre 410g e 450g; construção preferencialmente com tecnologia de termossoldagem (sem costuras) ou dupla colagem, para evitar a absorção de água em dias de chuva e garantir maior esfericidade, material (laminado) poliuretano (PU) ou microfibra de alta resistência; câmara de borracha butílica ou tecnologia airbility, com excelente retenção de ar.	Unid.	40			
04	ÁGUA MINERAL SEM GÁS: fornecimento de caixas de água contendo 48 unidades de copo transparente com capacidade de 200 ml, cada.	Cx.	450			
05	LANCHE, EM KIT: fornecimento de lanche em embalagem fechada, composto de: - 02 sanduiche de pão de batata redondo 50g, com dois tipos de recheio distinto: recheio de frango ou carne de hambúrguer e 02 fatias de queijo muçarela, e 02 fatias de presunto, acompanhada de no mínimo 5g de manteiga de 1ª qualidade; Sachê de Ketchup, embalagem de no mínimo 7g;- 01 doce com 100g, tipo brigadeiro ou tortinha; - 02 barra de cereal em barra no mínimo 20g cada sabores: chocolate, morango e banana;- 01 refrigerante em lata de 350 ml sabor: cola, limão, laranja ou guaraná; -01 água mineral de 500ml. Embalagem plástica, guardanapos e transporte.	Und.	1800			
06	TROFÉU PERSONALIZADO PARA PREMIAÇÃO DO CAMPEÃO: fornecimento de troféu medindo 1,00m (um metro) de altura, confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, com espessura uniforme e acabamento livre de porosidades ou rebarbas. Pintura eletrostática na cor prata, sendo a base produzida em madeira maciça, com tratamento de seladora e verniz,	Und.	01			

	garantindo estabilidade e peso adequado ao porte. A placa de identificação deverá ser confeccionada em chapa de aço inox escovado (espessura mínima de 0,5mm), cortada a laser, como dimensões proporcionais à face frontal da base do troféu, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "campeão", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes. A fixação da placa de identificação deve ser realizada obrigatoriamente por meio de fita adesiva de alto desempenho, aplicada em toda a extensão do verso da placa, que deverá ser feita em impressão digital de alta resolução, garantindo que as cores do layout sejam fiéis ao arquivo original.					
07	TROFÉU PERSONALIZADO PARA PREMIAÇÃO DO VICE-CAMPEÃO: fornecimento de troféu medindo 0,70m (setenta centímetros) de altura, confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, com espessura uniforme e acabamento livre de porosidades ou rebarbas. Pintura eletrostática na cor prateado, sendo a base produzida em alumínio fundido, com o mesmo acabamento do corpo do troféu. A placa de identificação deverá ser confeccionada em chapa de aço inox escovado (espessura mínima de 0,5mm), cortada a laser, como dimensões proporcionais à face frontal da base do troféu, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "vice-campeão", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes. A fixação da placa de identificação deve ser realizada obrigatoriamente por meio de fita adesiva de alto desempenho, aplicada em toda a extensão do verso da placa, que deverá ser feita em impressão digital de alta resolução, garantindo que as cores do layout	Und.	01			

	sejam fiéis ao arquivo original.						
08	TROFÉU PERSONALIZADO PARA PREMIAÇÃO 3º COLOCADO: fornecimento de troféu medindo 0,50m (cinquenta centímetros) de altura, confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, com espessura uniforme e acabamento livre de porosidades ou rebarbas. Pintura eletrostática na cor prateada, Pintura eletrostática na cor prateado, sendo a base produzida em alumínio fundido, com o mesmo acabamento do corpo do troféu. A placa de identificação deverá ser confeccionada em chapa de aço inox escovado (espessura mínima de 0,5mm), cortada a laser, como dimensões proporcionais à face frontal da base do troféu, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "3º colocado", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes. A fixação da placa de identificação deve ser realizada obrigatoriamente por meio de fita adesiva de alto desempenho, aplicada em toda a extensão do verso da placa, que deverá ser feita em impressão digital de alta resolução, garantindo que as cores do layout sejam fiéis ao arquivo original.	Und.	01				
09	TROFÉU MELHOR GOLEIRO PERSONALIZADO: fornecimento de troféu confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, representando elemento temático alusivo à posição (estatueta de atleta segurando a bola), medindo 39 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior da base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução,	Und.	01				

	contendo o texto "melhor goleiro", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes.					
10	TROFÉU MELHOR JOGADOR PERSONALIZADO: fornecimento de troféu confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, representando elemento temático alusivo à posição (estatueta de atleta com a bola nos pés), medindo 39 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior da base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "melhor jogador", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes.	Und.	01			
11	TROFÉU ARTILHEIRO PERSONALIZADO: fornecimento de troféu confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, representado pelo conjunto temático de uma chuteira de futebol em contato com uma bola (estatueta de uma chuteira), medindo 23 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior da base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma statueta fixa de goleiro de futebol metalizada na cor dourada. Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "artilheiro", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes.	Und.	01			

12	TROFÉU SEXTETO ARBITRAGEM PERSONALIZADO: fornecimento de 06 (seis) troféus individuais para a premiação do sexteto de arbitragem, divididos por categoria: 01 (um) Árbitro Central; 02 (dois) Árbitros Assistentes; 03 (três) Árbitros Reservas. Composição e Dimensões: troféu medindo 44 cm, base quadrada com 11 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre a base um cone com detalhes em polímero metalizado na cor prata com uma tampa metalizada na cor dourada. Sobre a tampa uma bola lapidada em polímero metalizada na cor prata intercalada por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução, seguindo o layout da Secretaria de Esportes, contendo o nome do evento, o ano e a função específica de cada um dos 06 troféus (central, assistente ou reserva).	Und.	06			
13	TROFÉU MELHOR TORCIDA PERSONALIZADO: fornecimento de 01 (um) troféu personalizado confeccionado em polímero de alta qualidade, garantindo durabilidade e resistência. Acabamento metalizado a alto vácuo, medindo 85 cm de altura, com base oitavada, com 11 cm de altura. Design em formato de taça com cone na cor azul metálico vibrante e adornado por duas alças laterais douradas com detalhes em volutas (estilo clássico/ornamental). Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução, seguindo o layout da Secretaria de Esportes, contendo o nome do evento, o ano e o nome "melhor torcida".	Und.	01			

14	MEDALHA DE PREMIAÇÃO PERSONALIZADA: fornecimento de 120 (cento e vinte) medalhas personalizadas em metal zamac, com personalização direta na peça, divididas em: 40 unidades: cor ouro (campeão); 40 unidades: cor prata (vice-campeão); 40 unidades: cor bronze (3º colocado). Material: fundida em metal zamac de alta resistência. Dimensões: Altura de 67 mm, largura de 61 mm e espessura de 3 mm. Peso: Mínimo de 29 g por unidade. A personalização e gravação no corpo da medalha deverá conter a logo do campeonato, a logo da secretaria de esportes e a identificação da categoria (campeão, vice ou 3º) deverão ser gravadas em relevo (alto ou baixo relevo) diretamente no metal durante o processo de fundição. O acabamento deverá ser banho galvânico (ouro, prata e bronze), garantindo contraste e legibilidade dos elementos gravados. A fita de suspensão deverá ser de cetim na cor azul, com 85 cm de comprimento por 2 cm de largura com fixação por meio de costura reforçada, sendo 40 unid com especificação do campeão, 40 unid com especificação do vice-campeão e 40 unid com especificação de 3º colocado..	Unid.	120			
15	PLACAS DE HOMENAGEM PERSONALIZADAS: fornecimento de placas em MDF e metalizado, com recorte tecnológico a laser. Dimensões e características físicas (aproximadas): altura: 24cm; largura: 14cm; espessura (base): 7cm; peso unitário: mínimo de 211g. Estrutura principal (coluna): confeccionada em MDF de 9mm de espessura, com textura amadeirada de alta qualidade. Composição e acabamento da base produzida em MDF com textura amadeirada, com corte e acabamento de bordas realizados via processo de recorte a laser, garantindo precisão e ausência de farpas. Coluna central: recorte a laser no MDF de 9mm contendo a logomarca do campeonato vazada ou gravada em baixo-relevo conforme	Unid.	30			

	layout, fornecido pela Secretaria de Esportes. Identificação (placa metálica): aplicação de etiqueta em material metalizado (ABS ou alumínio) na cor dourada, com recorte a laser e gravação de alta precisão. Personalização: a placa deverá conter o logotipo da Secretaria de Esportes, o nome do homenageado e os dados do evento. Gravação: processo de gravação digital ou laser diretamente no material metalizado, garantindo legibilidade e durabilidade das informações.					
16	BANHEIROS QUÍMICOS: fabricado em fiberglass ou polietileno, contendo 01 vaso químico com coletor + painel com sistema de ventilação natural + piso fabricado em madeira emborrachada e/ou revestido em fibra de vidro do tipo antiderrapante; piso de fiberglass reforçado, medidas mínimas de: 1,10 x 1,10 x 2,40 m, com tubo de respiro, coberturas translúcidas, contendo adesivo identificador de masculino e/ou feminino, fechadura da porta do tipo rolete com identificação de livre/ocupado, ventilação interna através de telas, cobertura inclinada com canaletas para impedir a entrada de chuva, caixa de dejetos com capacidade mínima de 200 litros, suporte para papel higiênico, com serviços. Incluso de entrega/instalação, manutenção operacional (sucção de dejetos, lavagem completa, higienização meio de utilização de solução química desinfetante e desodorizante biodegradável e reposição de insumos).	DIÁRIAS 12hs	250			
17	LOCAÇÃO DE TOLDO: em estrutura tubular, nas dimensões 06x6m, revestido em lona tipo night Day, anti-chama, anti-mofo, anti-uv, vulcanizado através de soldas eletrônicas, modelo piramidal, tipo chapéu de bruxa, branco, fixado através de colunas reforçadas em tubo 2.1/2.	DIÁRIAS 12hs	250			
18	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA		06			

	EM TRELIÇA de alumínio (boxtruss) para suporte de painel tipo backdrop, com dimensões de 3,00m (largura) x 3,00m (altura), incluindo montagem e desmontagem.	DIÁRIAS 12hs				
19	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA DE ARQUIBANCADA modular metálica, com 30 metros de extensão linear e 06 (seis) degraus de altura, destinada à acomodação do público; confeccionada em aço galvanizado ou com pintura antioxidante, utilizando sistema de encaixe e travamento de alta resistência (tipo layher ou similar); tablados em madeira de alta densidade (com tratamento antiderrapante) ou chapas metálicas recalçadas, sem frestas que comprometam a segurança; com instalação obrigatória de guarda-corpos rígidos nas laterais e no fundo da estrutura, com altura mínima de 1,10m, conforme as normas da ABNT NBR 14718.	DIÁRIAS 12hs	03			
20	KIT DE APOIO PARA ARBITRAGEM , contendo duas mesas e três cadeiras, em polipropileno (plástica), para serem utilizados pelo anotador. Instalação de 01 par de bandeirinhas nos lados extremos do campo inserido na marcação do tiro de canto e colocação nas traves de 01 par de redes, em todos os campos onde ocorrer o evento.	DIÁRIAS 12hs	50			
21	LOCAÇÃO DE DISCIPLINADORES (grades de contenção), de público estrutura em ferro tubular (aço carbono) com tratamento de galvanização (eletrolítica ou a fogo) para resistência à oxidação, medindo 1,20m de altura x 2,0m de comprimento, com serviço de transporte, montagem e desmontagem inclusos, para suporte e organização do campeonato.	Metro DIÁRIAS 12hs	2400m			
22	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL: locação de sistema de som completo,	DIÁRIAS 8hs	03			

	<p>incluindo montagem, operação e desmontagem, para atendimento das 03 (três) grandes rodadas do campeonato (abertura, semifinal e final), para cobrir uma área aberta de aproximadamente 15.000 m², garantindo inteligibilidade de voz e pressão sonora uniforme em todo o perímetro do campo e áreas de público. Equipamento com 04 (quatro) caixas ativas de alta performance em pedestais elevados, com subwoofers para reforço de grave; 02 (dois) microfones sem fio de longo alcance (mínimo 50 metros sem interferência) para locução; 01 (um) microfone com fio reserva na mesa de som; 1 (uma) mesa de som digital com no mínimo 08 canais; cabos blindados e cases de proteção contra intempéries (sol/chuva); e 01 (um) técnico de som qualificado para operação durante toda a jornada (até 08 horas por diária).</p>					
23	<p>APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA PARA O EVENTO: Apresentação de grupo de músicos regionais composto por no mínimo 3 integrantes, em local aberto e/ou fechado, em ambiente para mais de 300 (trezentos) participantes, com duração de no mínimo 4h de duração.</p>	Unid	01			
24	<p>SERVIÇO DE BUFFET estimado para 300 pessoas, om duração de 04 (quatro) horas de serviço, incluindo fornecimento de alimentos, bebidas, mobiliário, ornamentação e mão de obra e local de realização do evento nos seguintes quantitativos: SALGADOS VARIADOS (mínimo de 18 unidades por pessoa) - total de 5.400 unidades (composição: quibe, coxinha, pãezinhos recheados, rissole (milho/carne, croquetes, empadas e bolinha de queijofritos ou assados na hora, servidos quentes); REFRIGERANTES (mínimo de 600ml por pessoa) - total de 180 litros (marcas de referência: coca-cola comum e zero, guaraná antarctica, fanta laranja e Sprite; SUCO DE UVA INTEGRAL (300ml por pessoa) - total de 90 litros (padrão:</p>	Unid.	01			

	<p>suco de uva tinto integral, sem adição de açúcar, servido gelado em jarras ou dispensadores); ÁGUA MINERAL (200ml por pessoa) - total de 60 litros (com e sem gás); INFRAESTRUTURA E MOBILIÁRIO: local/espço físico com capacidade para 300 pessoas sentadas; mobiliário mínimo de 30 mesas redondas e 300 cadeiras com forração (toalhas e capas) de alto padrão; ORNAMENTAÇÃO/DECORAÇÃO com arranjos de mesa, mesa principal ornamentada para exposição de troféus; EQUIPE DE SERVIÇO/MÃO DE OBRA de 10 garçons uniformizados e treinados para serviço de rodízio; e 01 METRE/COORDENADOR responsável pela supervisão geral do evento.</p>					
25	<p>EQUIPE DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM OFICIAL, para jogos de futebol de campo, com uma previsão de 164 jogos, composto por quatro árbitros: sendo 01 árbitro central; 02 árbitros assistentes de campo; e 01 árbitro reserva (apontador).</p>	<p>DIÁRIAS 8hs</p>	164			
26	<p>COORDENADOR DE ARBITRAGEM: profissional especializado em coordenação da equipe total de árbitros do campeonato, com atuação estratégica e operacional durante todas as rodadas do campeonato, devendo permanecer no local das partidas durante toda a rodada, desde a chegada do primeiro árbitro até o encerramento da última súmula do dia, sendo ainda responsável por elaborar e apresentar à Secretaria de Esportes a escala completa de árbitros (centrais, assistentes e reservas) com antecedência mínima de 72 horas de cada rodada.</p>	<p>DIÁRIAS 8hs</p>	20			
27	<p>EQUIPE DE SUPORTE OPERACIONAL (POR JORNADA DE ATÉ 06 HORAS): prestação de serviços de apoio às partidas de futebol, composta por 02 (dois) garçons, que atuarão na reposição célere das bolas em jogo, coleta de materiais e auxílio na organização das redes e 01 (um) auxiliar de mesa de arbitragem, que</p>	<p>DIÁRIAS 6hs</p>	82			

	atuará como suporte ao mesário na conferência de atletas, controle de substituições e auxílio no preenchimento de documentos oficiais da partida.					
28	SERVIÇO DE MAQUEIRO: contratação de serviço especializado de remoção e transporte de atletas lesionados durante as partidas, composto por 02 (dois) profissionais (maqueiros) e fornecimento de equipamento próprio (01 uma maca rígida tipo prancha, confeccionada em polietileno de alta resistência, com aberturas laterais para transporte e cintos de imobilização. os profissionais deverão permanecer em local estratégico (beira de campo), em prontidão imediata, sendo acionados apenas pela arbitragem ou equipe médica.	Unid. DIÁRIAS 6hs	20			
29	SERVIÇO DE CAPINAGEM E ROÇAGEM: prestação de serviço de manutenção de áreas verdes, compreendendo a roçagem mecanizada da área de jogo, mantendo a altura ideal para a prática de futebol (entre 3cm e 5cm) e capinagem manual/mecânica dos arredores, devendo ser utilizado equipamento mecanizado (roçadeira costal ou tratorito). O serviço deverá ser executado com antecedência mínima de 48 a 72 horas do início da rodada, para garantir que o terreno esteja seco e limpo para a marcação das linhas (cal/tinta).	Unid.	50			
30	SERVIÇO DE MARCAÇÃO DE CAL OU TINTA: fornecimento de cal hidratada específica para pintura, de cor branca intensa, com alto poder de cobertura e fixação no solo (terra ou grama), livre de pedras ou impurezas que possam causar ferimentos aos atletas, ou a depender da variabilidade do terreno de várzea, fornecimento de tinta à base de água, atóxica (para não agredir o gramado), de secagem rápida e alta resistência à umidade e ao pisoteio, com inclusa prestação de serviço de medição e marcação de todas as linhas do campo (laterais, fundo, grande e	Unid.	50			

	pequena área, círculo central e marca do pênalti), utilizando cordas e gabaritos para garantir o esquadro perfeito, devendo ser realizada preferencialmente no dia anterior ou poucas horas antes do início da primeira partida da rodada, garantindo linhas nítidas e uniformes.					
31	PRODUTOR SÊNIOR: contratação de 01 (um) profissional especializado em produção sênior de eventos esportivos, responsável pelo planejamento, coordenação logística e supervisão operacional das rodadas do campeonato, cuja atividade será desenvolvida nas 05 (cinco) rodadas iniciais para o estabelecimento de protocolos, treinamento da equipe de apoio e padronização da logística de campo e nas 05 rodadas finais, compreendendo fases eliminatórias e finais onde a complexidade do evento, o volume de público e a necessidade de protocolo cerimonial exigem expertise de nível sênior.	Unid. DIÁRIAS 12hs	10			

III –DA VALIDADE DA PROPOSTA

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir de sua apresentação.

IV – COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

Nos preços propostos acima estão incluídas todos os custos necessários, como taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou quaisquer outras obrigações que possam incidir direta ou indiretamente no objeto.

V –DA DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no edital e seus apêndices.

_____, ____ de _____ de 2026.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**PROCESSO LICITATÓRIO Nº0012-2026**
MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO – MENOR PREÇO GLOBAL.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, sob as penas da Lei, para os fins de Habilitação, no Pregão Eletrônico em epígrafe, vem DECLARAR que:

ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

DECLARA que tem pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

CUMPRE OS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DEFINIDOS NO EDITAL E QUE A PROPOSTA APRESENTADA ESTÁ EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS;

DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos de habilitação exigidos no procedimento licitatório referenciado e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA SUA HABILITAÇÃO NO CERTAME, CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR OCORRÊNCIAS POSTERIORES

DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE 16 ANOS, SALVO MENOR, A PARTIR DE 14 ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, NOS TERMOS DO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO

DECLARA para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz: **Sim() Não ()**

NÃO POSSUI, EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO, OBSERVANDO O DISPOSTO NOS INCISOS III E IV DO ART. 1º E NO INCISO III DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

DECLARA, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

OS SERVIÇOS SÃO PRESTADOS POR EMPRESAS QUE COMPROVEM CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E QUE ATENDAM ÀS REGRAS DE ACESSIBILIDADE PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO, CONFORME DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

DECLARA, sob as penas da lei, que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

NOS 5 (CINCO) ANOS ANTERIORES À DIVULGAÇÃO DESTE EDITAL, NÃO FOI CONDENADA JUDICIALMENTE, COM TRÂNSITO EM JULGADO, POR EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL, POR SUBMISSÃO DE TRABALHADORES A CONDIÇÕES ANÁLOGAS ÀS DE ESCRAVO OU POR CONTRATAÇÃO DE ADOLESCENTES NOS CASOS VEDADOS PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

DECLARA, sob as penas da lei, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital esta empresa não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Cidade, ____ de _____ de 2026.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO ARTIGO 3º DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, ESTANDO APTA A USUFRUIR DO TRATAMENTO FAVORECIDO
ESTABELECIDO EM SEUS ARTS. 42 A 49**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012-2026

MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO – MENOR PREÇO GLOBAL.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, sob as penas da Lei, para os fins de Habilitação, no Pregão Eletrônico em epígrafe, **DECLARA** sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação, que () **não se enquadra como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, ou encontra-se enquadrada como () Microempresa-ME ou empresa de Pequeno Porte - EPP**, para fins das prerrogativas do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer impedimento estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a art. 49 da citada lei.

Cidade, ____ de _____ de 2026.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO V

**MODELO PARA LICITANTE ORGANIZADO EM COOPERATIVA DE DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS
REQUISITOS ESTABELECIDOS NO ARTIGO 16 DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012-2026

MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO – MENOR PREÇO GLOBAL.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na
_____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, estado de
_____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador
da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, sob as penas da Lei, para os fins
de Habilitação, no Pregão Eletrônico em epígrafe, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre os
requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Cidade, ____ de _____ de 2026.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO**CONTRATO Nº ____/202x****Termo de Contrato que entre si fazem a
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA e a
Empresa xxxxx**

O **MUNICÍPIO DE ITABUNA**, por intermédio do(a) (inserir nome do órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (inserir cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto nº, de de 20..., portador da matrícula funcional nº, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado por (nome e função na contratada), têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 0189464/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 0012-2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, ABRANGENDO PLANEJAMENTO OPERACIONAL, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FORNECIMENTO DE BENS, INFRAESTRUTURA E APOIO LOGÍSTICO, PARA ATENDIMENTO AO EVENTO DENOMINADO 25º CAMPEONATO INTERBAIRROS DE FUTEBOL AMADOR**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.2.2. O Edital de Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CAMISETA COLORIDA EM MALHA FRIA: fornecimento de camisas de manga curta com gola, contendo aplicação de arte em silkscreen frente e costas, com a identidade visual do campeonato fornecida pela Secretaria de Esportes. Tamanhos variáveis: P-20 unid; M-20 unid; G – 30 unid; GG – 20 unid; EXGG. 10 unid.	Unid.	100			
02	BONÉ: fornecimento de bonés em algodão na cor azul claro e royal, com logomarca do campeonato e da prefeitura, com regulador fecho/fivela plástico, tamanho único.	Unid.	100			
03	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL: fornecimento de bolas (padrão FIFA), tamanho nº 5; circunferência entre 68,5 cm e 69,5 cm (ou tolerância máxima de 68 cm a 70 cm); peso entre 410g e 450g; construção preferencialmente com tecnologia de termossoldagem (sem costuras) ou dupla colagem, para evitar a absorção de água em dias de chuva e garantir maior esfericidade, material (laminado) poliuretano (PU) ou microfibra de alta resistência; câmara de borracha butílica ou tecnologia airbility, com excelente retenção de ar.	Unid.	40			
04	ÁGUA MINERAL SEM GÁS: fornecimento de caixas de água contendo 48 unidades de copo transparente com capacidade de 200 ml, cada.	Cx.	450			
05	LANCHE, EM KIT: fornecimento de lanche em embalagem fechada, composto de: - 02 sanduiche de pão de batata redondo 50g, com dois tipos de recheio distinto: recheio de frango ou carne de hambúrguer e 02 fatias de queijo muçarela, e 02 fatias de presunto, acompanhada de no mínimo 5g de manteiga de 1ª qualidade; Sache de Ketchup, embalagem de no mínimo 7g;- 01 doce com 100g, tipo brigadeiro ou tortinha; - 02 barra de cereal em barra no mínimo 20g cada sabores: chocolate, morango e banana;- 01 refrigerante em lata de 350 ml sabor: cola, limão, laranja ou guaraná; -01 água mineral de 500ml. Embalagem plástica, guardanapos e transporte.	Unid.	1.800			
06	TROFÉU PERSONALIZADO PARA PREMIAÇÃO DO CAMPEÃO: fornecimento de troféu medindo 1,00m (um metro) de altura, confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, com	Unid.	01			

	<p>espessura uniforme e acabamento livre de porosidades ou rebarbas. Pintura eletrostática na cor prata, sendo a base produzida em madeira maciça, com tratamento de seladora e verniz, garantindo estabilidade e peso adequado ao porte. A placa de identificação deverá ser confeccionada em chapa de aço inox escovado (espessura mínima de 0,5mm), cortada a laser, como dimensões proporcionais à face frontal da base do troféu, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "campeão", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes. A fixação da placa de identificação deve ser realizada obrigatoriamente por meio de fita adesiva de alto desempenho, aplicada em toda a extensão do verso da placa, que deverá ser feita em impressão digital de alta resolução, garantindo que as cores do layout sejam fiéis ao arquivo original.</p>					
07	<p>TROFÉU PERSONALIZADO PARA PREMIAÇÃO DO VICE-CAMPEÃO: fornecimento de troféu medindo 0,70m (setenta centímetros) de altura, confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, com espessura uniforme e acabamento livre de porosidades ou rebarbas. Pintura eletrostática na cor prateado, sendo a base produzida em alumínio fundido, com o mesmo acabamento do corpo do troféu. A placa de identificação deverá ser confeccionada em chapa de aço inox escovado (espessura mínima de 0,5mm), cortada a laser, como dimensões proporcionais à face frontal da base do troféu, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "vice-campeão", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes. A fixação da placa de identificação deve ser realizada obrigatoriamente por meio de fita adesiva de alto desempenho, aplicada em toda a extensão do verso da placa, que deverá ser feita em impressão digital de alta resolução, garantindo que as cores do layout sejam fiéis ao arquivo original.</p>	Unid.	01			
08	<p>TROFÉU PERSONALIZADO PARA PREMIAÇÃO 3º COLOCADO: fornecimento de troféu medindo 0,50m (cinquenta centímetros) de altura, confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, com espessura uniforme e acabamento livre de porosidades ou rebarbas.</p>	Unid.	01			

	<p>Pintura eletrostática na cor prateada, Pintura eletrostática na cor prateado, sendo a base produzida em alumínio fundido, com o mesmo acabamento do corpo do troféu. A placa de identificação deverá ser confeccionada em chapa de aço inox escovado (espessura mínima de 0,5mm), cortada a laser, como dimensões proporcionais à face frontal da base do troféu, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "3º colocado", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes. A fixação da placa de identificação deve ser realizada obrigatoriamente por meio de fita adesiva de alto desempenho, aplicada em toda a extensão do verso da placa, que deverá ser feita em impressão digital de alta resolução, garantindo que as cores do layout sejam fiéis ao arquivo original.</p>					
09	<p>TROFÉU MELHOR GOLEIRO PERSONALIZADO: fornecimento de troféu confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, representando elemento temático alusivo à posição (estatueta de atleta segurando a bola), medindo 39 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior da base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "melhor goleiro", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes.</p>	Unid.	01			
10	<p>TROFÉU MELHOR JOGADOR PERSONALIZADO: fornecimento de troféu confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, representando elemento temático alusivo à posição (estatueta de atleta com a bola nos pés), medindo 39 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior da base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "melhor jogador", nome do evento, ano e logotipos</p>	Unid.	01			

	conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes.					
11	TROFÉU ARTILHEIRO PERSONALIZADO: fornecimento de troféu confeccionado em alumínio fundido de alta resistência, representado pelo conjunto temático de uma chuteira de futebol em contato com uma bola (estatueta de uma chuteira), medindo 23 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior da base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de goleiro de futebol metalizada na cor dourada. Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução, contendo o texto "artilheiro", nome do evento, ano e logotipos conforme layout fornecido pela Secretaria de Esportes.	Unid.	01			
12	TROFÉU SEXTETO ARBITRAGEM PERSONALIZADO: fornecimento de 06 (seis) troféus individuais para a premiação do sexteto de arbitragem, divididos por categoria: 01 (um) Árbitro Central; 02 (dois) Árbitros Assistentes; 03 (três) Árbitros Reservas. Composição e Dimensões: troféu medindo 44 cm, base quadrada com 11 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre a base um cone com detalhes em polímero metalizado na cor prata com uma tampa metalizada na cor dourada. Sobre a tampa uma bola lapidada em polímero metalizada na cor prata intercalada por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução, seguindo o layout da Secretaria de Esportes, contendo o nome do evento, o ano e a função específica de cada um dos 06 troféus (central, assistente ou reserva).	Unid.	06			
13	TROFÉU MELHOR TORCIDA PERSONALIZADO: fornecimento de 01 (um) troféu personalizado confeccionado em polímero de alta qualidade, garantindo durabilidade e resistência. Acabamento metalizado a alto vácuo, medindo 85 cm de altura, com base oitavada, com 11 cm de altura. Design em formato de taça com cone	Unid.	01			

	na cor azul metálico vibrante e adornado por duas alças laterais douradas com detalhes em volutas (estilo clássico/ornamental). Placa de Identificação em aço inox escovado (espessura mín. 0,5mm), com a fixação por sistema de colagem de alta aderência na face frontal da base, com impressão em sublimação de alta resolução, seguindo o layout da Secretaria de Esportes, contendo o nome do evento, o ano e o nome "melhor torcida".					
14	MEDALHA DE PREMIAÇÃO PERSONALIZADA: fornecimento de 120 (cento e vinte) medalhas personalizadas em metal zamac, com personalização direta na peça, divididas em: 40 unidades: cor ouro (campeão); 40 unidades: cor prata (vice-campeão); 40 unidades: cor bronze (3º colocado). Material: fundida em metal zamac de alta resistência. Dimensões: Altura de 67 mm, largura de 61 mm e espessura de 3 mm. Peso: Mínimo de 29 g por unidade. A personalização e gravação no corpo da medalha deverá conter a logo do campeonato, a logo da secretaria de esportes e a identificação da categoria (campeão, vice ou 3º) deverão ser gravadas em relevo (alto ou baixo relevo) diretamente no metal durante o processo de fundição. O acabamento deverá ser banho galvânico (ouro, prata e bronze), garantindo contraste e legibilidade dos elementos gravados. A fita de suspensão deverá ser de cetim na cor azul, com 85 cm de comprimento por 2 cm de largura com fixação por meio de costura reforçada, sendo 40 unid com especificação do campeão, 40 unid com especificação do vice-campeão e 40 unid com especificação de 3º colocado..	Unid.	120			
15	PLACAS DE HOMENAGEM PERSONALIZADAS: fornecimento de placas em MDF e metalizado, com recorte tecnológico a laser. Dimensões e características físicas (aproximadas): altura: 24cm; largura: 14cm; espessura (base): 7cm; peso unitário: mínimo de 211g. Estrutura principal (coluna): confeccionada em MDF de 9mm de espessura, com textura amadeirada de alta qualidade. Composição e acabamento da base produzida em MDF com textura amadeirada, com corte e acabamento de bordas realizados via processo de recorte a laser, garantindo precisão e ausência de farpas. Coluna central: recorte a laser no MDF de 9mm contendo a logomarca do campeonato vazada ou gravada em baixo-relevo conforme layout,	Unid.	30			

	fornecido pela Secretaria de Esportes. Identificação (placa metálica): aplicação de etiqueta em material metalizado (ABS ou alumínio) na cor dourada, com recorte a laser e gravação de alta precisão. Personalização: a placa deverá conter o logotipo da Secretaria de Esportes, o nome do homenageado e os dados do evento. Gravação: processo de gravação digital ou laser diretamente no material metalizado, garantindo legibilidade e durabilidade das informações.					
16	BANHEIROS QUÍMICOS: fabricado em fiberglass ou polietileno, contendo 01 vaso químico com coletor + painel com sistema de ventilação natural + piso fabricado em madeira emborrachada e/ou revestido em fibra de vidro do tipo antiderrapante; piso de fiberglass reforçado, medidas mínimas de: 1,10 x 1,10 x 2,40 m, com tubo de respiro, coberturas translúcidas, contendo adesivo identificador de masculino e/ou feminino, fechadura da porta do tipo rolete com identificação de livre/ocupado, ventilação interna através de telas, cobertura inclinada com canaletas para impedir a entrada de chuva, caixa de dejetos com capacidade mínima de 200 litros, suporte para papel higiênico, com serviços inclusos de entrega/instalação, manutenção operacional (sucção de dejetos, lavagem completa, higienização meio de utilização de solução química desinfetante e desodorizante biodegradável e reposição de insumos).	Unid. DIÁRI AS 12hs	250			
17	LOCAÇÃO DE TOLDO: em estrutura tubular, nas dimensões 06x6m, revestido em lona tipo night Day, anti-chama, anti-mofo, anti-uv, vulcanizado através de soldas eletrônicas, modelo piramidal, tipo chapéu de bruxa, branco, fixado através de colunas reforçadas em tubo 2.1/2.	Unid. DIÁRI AS 12hs	250			
18	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EM TRELIÇA de alumínio (boxtruss) para suporte de painel tipo backdrop, com dimensões de 3,00m (largura) x 3,00m (altura), incluindo montagem e desmontagem.	Unid. DIÁRI AS 12hs	06			
19	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA DE ARQUIBANCADA modular metálica, com 30 metros de extensão linear e 06 (seis) degraus de altura, destinada à acomodação do público; confeccionada em aço galvanizado ou com pintura antioxidante, utilizando sistema de	Unid. DIÁRI AS 12hs	03			

	encaixe e travamento de alta resistência (tipo layher ou similar); tablados em madeira de alta densidade (com tratamento antiderrapante) ou chapas metálicas recalçadas, sem frestas que comprometam a segurança; com Instalação obrigatória de guarda-corpos rígidos nas laterais e no fundo da estrutura, com altura mínima de 1,10m, conforme as normas da ABNT NBR 14718.					
20	KIT DE APOIO PARA ARBITRAGEM , contendo duas mesas e três cadeiras, em polipropileno (plástica), para serem utilizados pelo anotador. Instalação de 01 par de bandeirinhas nos lados extremos do campo inserido na marcação do tiro de canto e colocação nas traves de 01 par de redes, em todos os campos onde ocorrer o evento.	Unid. DIÁRI AS 12hs	50			
21	LOCAÇÃO DE DISCIPLINADORES (grades de contenção), de público estrutura em ferro tubular (aço carbono) com tratamento de galvanização (eletrolítica ou a fogo) para resistência à oxidação, medindo 1,20m de altura x 2,0m de comprimento, com serviço de transporte, montagem e desmontagem inclusos, para suporte e organização do campeonato.	Metr o DIÁRI AS 12hs	2400m			
22	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL : locação de sistema de som completo, incluindo montagem, operação e desmontagem, para atendimento das 03 (três) grandes rodadas do campeonato (abertura, semifinal e final), para cobrir uma área aberta de aproximadamente 15.000 m ² , garantindo inteligibilidade de voz e pressão sonora uniforme em todo o perímetro do campo e áreas de público. Equipamento com 04 (quatro) caixas ativas de alta performance em pedestais elevados, com subwoofers para reforço de grave; 02 (dois) microfones sem fio de longo alcance (mínimo 50 metros sem interferência) para locução; 01 (um) microfone com fio reserva na mesa de som; 1 (uma) mesa de som digital com no mínimo 08 canais; cabos blindados e cases de proteção contra intempéries (sol/chuva); e 01 (um) técnico de som qualificado para operação durante toda a jornada (até 08 horas por diária).	Unid. DIÁRI AS 08hs	03			
23	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA PARA O EVENTO : Apresentação de grupo de músicos regionais composto por no mínimo 3 integrantes, em local aberto e/ou fechado, em ambiente para mais de 300 (trezentos) participantes, com duração de no	Unid.	01			

	mínimo 4h de duração.					
24	SERVIÇO DE BUFFET estimado para 300 pessoas, com duração de 04 (quatro) horas de serviço, incluindo fornecimento de alimentos, bebidas, mobiliário, ornamentação e mão de obra e local de realização do evento nos seguintes quantitativos: SALGADOS VARIADOS (mínimo de 18 unidades por pessoa) - total de 5.400 unidades (composição: quibe, coxinha, pãezinhos recheados, rissole (milho/carne, croquetes, empadas e bolinha de queijofritos ou assados na hora, servidos quentes); REFRIGERANTES (mínimo de 600ml por pessoa) - total de 180 litros (marcas de referência: coca-cola comum e zero, guaraná antártica, fanta laranja e Sprite; SUCO DE UVA INTEGRAL (300ml por pessoa) - total de 90 litros (padrão: suco de uva tinto integral, sem adição de açúcar, servido gelado em jarras ou dispensadores); ÁGUA MINERAL (200ml por pessoa) - total de 60 litros (com e sem gás); INFRAESTRUTURA E MOBILIÁRIO: local/espço físico com capacidade para 300 pessoas sentadas; mobiliário mínimo de 30 mesas redondas e 300 cadeiras com forração (toalhas e capas) de alto padrão; ORNAMENTAÇÃO/DECORAÇÃO com arranjos de mesa, mesa principal ornamentada para exposição de troféus; EQUIPE DE SERVIÇO/MÃO DE OBRA de 10 garçons uniformizados e treinados para serviço de rodízio; e 01 METRE/COORDENADOR responsável pela supervisão geral do evento.	Unid.	01			
25	EQUIPE DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM OFICIAL , para jogos de futebol de campo, com uma previsão de 164 jogos, composto por quatro árbitros: sendo 01 árbitro central; 02 árbitros assistentes de campo; e 01 árbitro reserva (apontador).	Unid. DIÁRI AS 8hs	164			
26	COORDENADOR DE ARBITRAGEM: profissional especializado em coordenação da equipe total de árbitros do campeonato, com atuação estratégica e operacional durante todas as rodadas do campeonato, devendo permanecer no local das partidas durante toda a rodada, desde a chegada do primeiro árbitro até o encerramento da última súmula do dia, sendo ainda responsável por elaborar e apresentar à Secretaria de Esportes a escala completa de árbitros (centrais, assistentes e reservas) com antecedência mínima de 72 horas de cada rodada.	Unid. DIÁRI AS 8hs	20			

27	EQUIPE DE SUPORTE OPERACIONAL (POR JORNADA DE ATÉ 06 HORAS): prestação de serviços de apoio às partidas de futebol, composta por 02 (dois) gandulas, que atuarão na reposição célere das bolas em jogo, coleta de materiais e auxílio na organização das redes e 01 (um) auxiliar de mesa de arbitragem, que atuará como suporte ao mesário na conferência de atletas, controle de substituições e auxílio no preenchimento de documentos oficiais da partida.	Unid. DIÁRI AS 6hs	82			
28	SERVIÇO DE MAQUEIRO: contratação de serviço especializado de remoção e transporte de atletas lesionados durante as partidas, composto por 02 (dois) profissionais (maqueiros) e fornecimento de equipamento próprio (01 uma maca rígida tipo prancha, confeccionada em polietileno de alta resistência, com aberturas laterais para transporte e cintos de imobilização. os profissionais deverão permanecer em local estratégico (beira de campo), em prontidão imediata, sendo acionados apenas pela arbitragem ou equipe médica.	Unid. DIÁRI AS 6hs	20			
29	SERVIÇO DE CAPINAGEM E ROCAGEM: prestação de serviço de manutenção de áreas verdes, compreendendo a roçagem mecanizada da área de jogo, mantendo a altura ideal para a prática de futebol (entre 3cm e 5cm) e capinagem manual/mecânica dos arredores, devendo ser utilizado equipamento mecanizado (roçadeira costal ou tratorito). O serviço deverá ser executado com antecedência mínima de 48 a 72 horas do início da rodada, para garantir que o terreno esteja seco e limpo para a marcação das linhas (cal/tinta).	Unid.	50			
30	SERVIÇO DE MARCAÇÃO DE CAL OU TINTA: fornecimento de cal hidratada específica para pintura, de cor branca intensa, com alto poder de cobertura e fixação no solo (terra ou grama), livre de pedras ou impurezas que possam causar ferimentos aos atletas, ou a depender da variabilidade do terreno de várzea, fornecimento de tinta à base de água, atóxica (para não agredir o gramado), de secagem rápida e alta resistência à umidade e ao pisoteio, com inclusa prestação de serviço de medição e marcação de todas as linhas do campo (laterais, fundo, grande e pequena área, círculo central e marca do pênalti), utilizando cordas e gabaritos para garantir o esquadro perfeito, devendo ser realizada	Unid.	50			

	preferencialmente no dia anterior ou poucas horas antes do início da primeira partida da rodada, garantindo linhas nítidas e uniformes.					
31	PRODUTOR SÊNIOR: contratação de 01 (um) profissional especializado em produção sênior de eventos esportivos, responsável pelo planejamento, coordenação logística e supervisão operacional das rodadas do campeonato, cuja atividade será desenvolvida nas 05 (cinco) rodadas iniciais para o estabelecimento de protocolos, treinamento da equipe de apoio e padronização da logística de campo e nas 05 rodadas finais, compreendendo fases eliminatórias e finais onde a complexidade do evento, o volume de público e a necessidade de protocolo cerimonial exigem expertise de nível sênior.	Unid. DIÁRI AS 12hs	10			
32	PRODUTOR AUXILIAR: contratação de serviço de apoio operacional para suporte e condução das rodadas de fase regular do campeonato (rodadas de manutenção/fase de grupos), atuando como responsável operacional, seguindo as diretrizes e cronogramas estabelecidos pelo produtor sênior, nas 10 (dez) rodadas diversas de atuação deste.	Unid. DIÁRI AS 12hs	10			

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de execução do contrato terá início da data de sua assinatura até o prazo de 05 (cinco) meses.

2.2 O prazo de vigência do contrato terá início na data de sua assinatura e encerramento em 31 de dezembro do exercício em que ocorrer sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

SECRETARIA	UNIDADE	PROJETO/	ELEMENTO	FONTE	VALOR
------------	---------	----------	----------	-------	-------

	GESTORA	ATIVIDADE			
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	1616	2071	3.3.90.39	1500.0000	

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até 10 (dez) dias corridos**, contados da finalizaçãoda liquidação da despesa.

5.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contados a partir de 16 de março de 2026, data da elaboração do orçamento estimativo.

6.2. O valor unitário fixado nesta avença poderá ser reajustado, para mais ou menos, de acordo com a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aferido pelo IBGE, ou pelo índice que venha a substituí-lo, nos termos fixados no Termo de Referência.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do ultimo reajuste.

6.4. A periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data do orçamento estimado.

6.5. O reajuste de preços deverá ser requerido do contratado, sob pena de preclusão.

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

6.9. Havendo comprovado desequilíbrio contratual, caberá revisão de preço pactuado, para mais ou para menos, nos termos fixados na Lei nº 14.133/2021.

6.10. No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o *quantum* do impacto negativo na economia contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em razão da ausência de complexidade do objeto e cujos materiais se dará por demanda sendo os pagamentos feitos somente após as suas conclusões, o que não acarretará prejuízos a administração.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1. O regime de execução contratual, os modelos de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, no item 10, anexo a este Edital.

8.2. A aquisição deverá ser **FORNECIDA PARCIALMENTE** pela Contratada, conforme Autorização de Fornecimento.

8.3. O Particular deverá fornecer os materiais rigorosamente segundo as especificações, marcas e referências indicadas na respectiva proposta, salvo fato superveniente acatado pela Administração.

8.4. Correrão por conta do Particular os custos com o fornecimento dos materiais e/ou equipamentos, segundo condições de entrega abaixo indicadas.

8.5. Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados e em perfeitas condições de utilização.

8.6. O prazo de fornecimento será de até **03 (três) dias corridos**, contados do recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado a critério da Administração em razão de fato superveniente demonstrado pelo Particular.

8.7. A Contratada deverá realizar a entrega dos itens no dia especificado na autorização de fornecimento, sendo nos dias úteis durante o horário de 8h às 14h, aos sábados das 08h às 10h e aos domingos das 6h às 07h, conforme tabela abaixo.

ITEM	DIA	HORÁRIO	LOCAL DE ENTREGA
Camiseta	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Boné	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Bola de Futebol	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Água	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Lanche em Kit	Domingo	06h às 07h	Secretaria de Esportes e Lazer
Troféus personalizado campeão	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Troféus personalizado vice-campeão	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Troféus personalizado 3º colocado	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer

Troféus personalizado goleiro	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Troféus personalizado melhor jogador	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Troféus personalizado artilheiro	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Troféus personalizado sexteto arbitragem	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Medalha de premiação personalizada	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Placas de homenagem personalizada	Dia Útil	08h às 14h	Secretaria de Esportes e Lazer
Banheiros Químicos	Domingo	06h às 7h	Campo de Várzea
Toldos	Domingo	06h às 7h	Campo de Várzea
Treliça	Domingo	06h às 7h	Campo de Várzea
Arquibancada	72h antes do jogo indicado	08h às 17h	Campo de Várzea
Kit de apoio a arbitragem	Domingo	06h às 7h	Campo de Várzea
Disciplinadores	72h antes do jogo indicado	08h às 17h	Campo de Várzea
Sistema de sonorização	Domingo	06h às 7h	Campo de Várzea
Apresentação artística	Cerimonia de premiação/data a definir	16h às 17h	Local a definir
Serviço de Som	Domingo	07h às 08h	Campo de várzea
Serviço de buffet	Cerimonia de premiação/data a definir	16h às 17h	Local a definir
Equipe de serviço de Arbitragem	Domingo	07h às 08h	campo de várzea
Coordenador de arbitragem	Domingo	07h às 08h	campo de várzea
Equipe de suporte operacional	Domingo	07h às 08h	campo de várzea
Equipe de Maqueiro	Domingo	07h às 08h	campo de várzea
Serviço de Capinagem e Roçagem	72h antes do jogo indicado	08h às 17h	campo de várzea
Serviço de marcação de cal ou tinta	24h antes do jogo indicado	08h às 17h	campo de várzea
Produto sênior	Domingo	07h às 08h	campo de várzea
Produtor auxiliar	Domingo	07h às 08h	campo de várzea

8.8. Cada Ordem de fornecimento deverá ser acompanhado de recibo ou meio de controle similar onde deve constar a data da efetuação da entrega, a quantidade entregue e assinatura do responsável pelo recebimento da Unidade Requisitante.

8.9. A execução do contrato em questão deverá contar obrigatoriamente com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em conformidade com a Lei nº 6.496/1977 e demais normativos aplicáveis, **quando se tratar da contratação referente à estrutura de locação de toldo, treliça e arquibancada.**

8.10. A exigência da ART tem como finalidade assegurar a formalização da responsabilidade técnica do profissional habilitado pela execução dos serviços contratados, garantindo a regularidade, a qualidade e a segurança da obra/serviço, bem como a observância das normas técnicas pertinentes.

8.11. Assim, durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar a ART devidamente registrada, vinculada ao objeto contratado, permanecendo a mesma como documento integrante do processo, servindo de instrumento de fiscalização e responsabilização técnica durante toda a vigência contratual.

8.12. O não atendimento a essa exigência poderá configurar descumprimento contratual, sujeitando a empresa às penalidades previstas na legislação e no instrumento convocatório.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, encarregada de acompanhar a entrega, prestando esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado pelo responsável da Contratante.

9.2. Cumprir as demais disposições contidas no termo de referência.

9.3. Manter comunicação formal com a instituição por meio de endereço eletrônico, o qual deve ser verificado diariamente e acusado o recebimento. Não o fazendo, no decurso de 5 (cinco) dias corridos, o seu silêncio será reputado como comunicação/notificação recebida.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.5. Entregar os materiais/bens de acordo com os requisitos de quantidades, especificações técnicas, manuais de operação (quando couber) e demais condições consignadas nas propostas técnicas e/ou de preços, de acordo com o Termo de Referência.

9.6. Entregar os materiais/bens impreterivelmente, nos prazos previstos, no local designado e conforme especificações constantes no Termo de Referência.

9.7. Garantir que os materiais/bens fornecidos estarão isentos de defeitos de fabricação, independentemente de a CONTRATADA ser ou não o fabricante, devendo providenciar a correção ou a substituição daqueles que apresentarem defeitos ou divergência com as especificações fornecidas.

9.8. Substituir, reparar ou corrigir, as suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de **01 (um) dia**, contado da notificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

9.9. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

9.10. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.11. Responsabilizar-se perante a Administração e terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade da CONTRATANTE.

9.12. Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, inclusive transporte e de pessoal, necessários à adequada e regular entrega dos materiais/bens contratados, em plena conformidade

com os termos e especificações, inclusive prazos, horários e local de entrega, previstos no Termo de Referência e anexos.

9.13. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete e entrega, inclusive seguro.

9.14. Assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução contratual, bem como por eventuais demandas de caráter cível ou penal.

9.15. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar à Administração, por escrito, qualquer normalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários.

9.16. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido.

9.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

9.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.4. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

10.5. Reservar local apropriado para o recebimento do material objeto da contratação.

- 10.6. Ter pessoal disponível para o recebimento dos produtos contratados no horário e local previsto para entrega.
- 10.7. Receber os produtos de acordo com as especificações descritas neste documento, rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Contratado.
- 10.8. Pagar à Contratada o valor resultante da execução, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a legislação vigente.
- 10.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato.
- 10.11. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto e notificações expedidas.
- 10.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.14. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.14.1. A Administração terá o prazo de no máximo 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.15. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 10.16. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano

de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.6. O contratado será **obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir**, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem **vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução** ou de materiais nela empregados, no prazo de 01 (um) dia, contados da notificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

12.7. O contratado será **responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato**, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

12.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

12.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

12.10. Da Fiscalização

12.10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

12.11. Fiscalização Técnica

12.11.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 22, VI);

12.11.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 15.246, de 2023, art. 22, II);

12.11.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 22, III);

12.11.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 22, IV).

12.11.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 15.246, de 2023, V).

12.11.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 22, VII).

12.12. Fiscalização Administrativa

12.12.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 15.246, de 2023).

12.12.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 23, IV).

12.13. Gestor do Contrato

12.13.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 21, IV).

12.13.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 21, II).

12.13.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 21, III).

12.13.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 21, VIII).

12.13.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 21, X).

12.13.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 15.246, de 2023, art. 21, VI).

12.13.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14,133, de 2021, a Contratada que:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Nos casos de **retardamento**, de **falha na execução** do contrato ou de **inexecução parcial** ou de **inexecução total** do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “16.3” a “16.11”, e nas tabelas 1 e 2 abaixo, com as seguintes penalidades:

13.2.1. **Advertência;**

13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.3. Configurar-se-á a **inexecução total**, entre outras hipóteses, quando:

13.3.1. o atraso injustificado na entrega, independentemente do quantitativo em atraso, for superior a **20 (vinte) dias corridos**;

13.3.2. for entregue objeto diverso daquele contratado.

13.4. No caso de inexecução total do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

13.5. Configurar-se-á o **retardamento da execução**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA, sem causa justificada, deixar de iniciar, a qualquer tempo, a execução do contrato ou atrasar a entrega do objeto definido no contrato.

13.6. No caso de cometimento das infrações elencadas no item acima, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).

13.7. Configurar-se-á a **inexecução parcial** do objeto, entre outras hipóteses, quando decorridos **20 (vinte) dias corridos** do término do prazo estabelecido para a execução do contrato, houver fornecimento do objeto pela CONTRATADA, mas não em sua totalidade.

13.8. No caso de inexecução parcial do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

13.9. O contrato será rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica.

13.10. A **falha na execução** do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 16.11a seguir:

13.11. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA (% do valor total do Contrato)
1	1%
2	2%
3	3%

Tabela 2

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços/fornecimentos.	1	Por empregado e por dia
2	Fornecer informação falsa de serviço/fornecimento ou substituição de material por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes	3	Por ocorrência
4	Recusar-se a executar serviço/fornecimento determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	3	Por ocorrência
5	Permitir, por dolo ou culpa, situação que crie ou aumente os riscos de ocorrência de danos físicos, lesões corporais ou consequências letais.	3	Por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
6	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
7	Manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por item e por ocorrência
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
10	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
11	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
12	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
13	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
14	Cumprir quaisquer dos itens exigidos na contratação não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

13.12. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.12.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 13.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.12.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 13.14. A aplicação das sanções previstas, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 13.15. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 13.16. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 13.17. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 13.18. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13.19. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO

- 14.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 14.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 14.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
 - 14.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
 - 14.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.2.3. Indenizações e multas.

14.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.4. O contrato poderá ser extinto:

14.4.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES

15.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

16.2 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

16.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a divulgação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos da Lei 14.133/21.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1. Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do presente ajuste fica fixada o Foro da Comarca de Itabuna - BA, nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

xxxxxxxxxxxxxx - BA, __ de _____ de 202x.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)